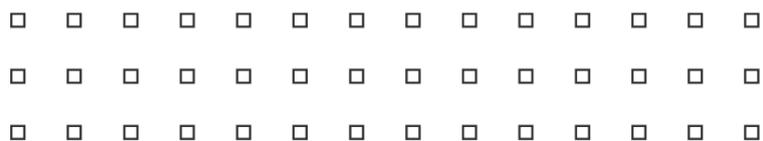


DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - IFRS

Dezembro de 2021





BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	5	3.943	4.854
Ativos financeiros		42.920.374	33.831.617
Depósitos compulsórios no Banco Central		2.825.583	5.507
Ao valor justo no resultado		5.721.995	1.633.880
Títulos e valores mobiliários	7	239.860	254.387
Derivativos	6a	2.498	2.394
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10	5.479.637	1.377.099
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		637.887	878.798
Títulos e valores mobiliários	7	632.943	866.173
Instrumentos de patrimônio	8	4.944	12.625
Ao custo amortizado		33.734.909	31.313.432
Títulos e valores mobiliários	7	5.434.134	1.824.992
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	9	11.735	1.251.938
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10	27.061.757	26.079.387
Benefício residual em operações securitizadas		4.493	3.887
Recebíveis imobiliários	12	16.900	18.789
Outros ativos financeiros	13	1.205.890	2.134.439
Outros ativos	14	645.259	430.402
Ativos não correntes mantidos para venda	15	163.284	265.239
Impostos		4.172.134	4.007.397
A compensar		634.756	596.917
Diferido	16a	3.537.378	3.410.480
Investimentos em coligadas		15.997	-
Imobilizado	17	102.223	23.360
Intangível e ágio	18	116.508	243.576
Ágio		53.741	186.325
Outros ativos intangíveis		62.767	57.251
Total do Ativo		48.139.722	38.806.445

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Passivos financeiros		35.971.214	28.422.526
Ao custo amortizado		35.916.545	28.413.265
Depósitos de clientes	19	20.499.655	12.761.681
Depósitos de instituições financeiras	20	4.633.082	10.054.757
Recursos de emissão de títulos	21	9.380.408	5.346.049
Obrigações por empréstimos	22	812.045	-
Dívidas subordinadas	23	9.329	8.784
Outros passivos financeiros	24a	582.026	241.994
Ao valor justo no resultado	6a	54.669	9.261
Derivativos		54.669	9.261
Provisões	25	419.363	513.622
Provisões para processos judiciais		419.363	513.622
Passivos fiscais	16a	702.170	626.822
Correntes		451.271	451.148
Diferido		250.899	175.674
Outros passivos	24d	5.073.125	3.703.133
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	26	5.973.631	5.540.342
Capital social:		4.175.222	4.175.222
De domiciliados no País		3.699.805	3.606.057
De domiciliados no Exterior		475.417	569.165
Reserva de capital		207.322	207.322
Reserva de lucros		1.603.926	1.173.158
Outros resultados abrangentes		(12.839)	(15.360)
Participação de acionistas não controladores		219	-
Total do Patrimônio Líquido		5.973.850	5.540.342
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		48.139.722	38.806.445

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida com juros	27	6.147.009	6.268.486
Receita com juros e similares		8.269.847	8.497.406
Despesas com juros e similares		(2.122.838)	(2.228.920)
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes	11	(613.464)	(1.049.962)
Perda esperada com demais ativos financeiros		484	765
Receita líquida de perdas esperadas de ativos financeiros		5.534.029	5.219.289
Ganhos/(perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		661.230	145.937
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado		(3.873)	(4.205)
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(19)	(297)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6f	665.122	150.439
Ganhos/(perdas) líquidas com ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(68)	11
Receitas de tarifas e comissões	28	702.946	476.629
Despesas administrativas		(3.770.762)	(2.692.541)
Despesas de pessoal	29	(785.367)	(574.152)
Outras despesas administrativas	30	(2.985.395)	(2.118.389)
Depreciação e amortização	31	(85.130)	(115.853)
Despesas tributárias	32	(384.765)	(297.545)
Provisões (líquidas)	33	(181.171)	(196.564)
Outras receitas/(despesas) operacionais	34	(1.481.390)	(1.703.148)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	35	28.677	49.737
Resultado antes dos impostos		1.023.596	885.952
Imposto de renda e contribuição social	16e	(296.120)	(258.574)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(347.434)	(387.079)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		51.314	128.505
Lucro Líquido		727.476	627.378
Média ponderada da quantidade de ações em circulação		1.205.056	1.205.056
Lucro líquido por ação - R\$		0,60	0,52

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido	727.476	627.378
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.521	(10.778)
Variação de valor justo	3.930	(16.461)
Efeito tributário	(1.409)	5.683
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	729.997	616.600
Atribuível a:		
Acionistas controladores	729.997	616.600

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Patrimônio Líquido - Acionistas não controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas não controladores	Total
				Legal	Para integridade do patrimônio líquido					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	3.653.410	521.812	207.322	46.423	754.253	(4.582)	-	5.178.638	-	5.178.638
Aumento de capital (Nota 1.a)	521.812	(521.812)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(10.778)	-	(10.778)	-	(10.778)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	627.378	627.378	-	627.378
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	(10.778)	627.378	616.600	-	616.600
Destinações										
Reserva legal (Nota 26.b)	-	-	-	32.778	-	-	(32.778)	-	-	-
Transferência de lucros acumulados para reserva de lucros (Nota 26.b)	-	-	-	-	339.704	-	(339.704)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio deliberado e dividendos propostos (Nota 26.c)	-	-	-	-	-	-	(254.896)	(254.896)	-	(254.896)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	4.175.222	-	207.322	79.201	1.093.957	(15.360)	-	5.540.342	-	5.540.342
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	4.175.222	-	207.322	79.201	1.093.957	(15.360)	-	5.540.342	-	5.540.342
Aumento de capital (Nota 1.a)	-	1.753.098	-	-	-	-	-	1.753.098	-	1.753.098
Capital a realizar	-	(1.753.098)	-	-	-	-	-	(1.753.098)	-	(1.753.098)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	2.521	-	2.521	-	2.521
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	727.476	727.476	-	727.476
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	2.521	727.476	729.997	-	729.997
Destinações										
Reserva legal (Nota 26.b)	-	-	-	38.729	-	-	(38.729)	-	-	-
Transferência de lucros acumulados para reserva de lucros (Nota 26.b)	-	-	-	-	392.039	-	(392.039)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio deliberado e dividendos propostos (Nota 26.c)	-	-	-	-	-	-	(296.708)	(296.708)	-	(296.708)
Aquisição de investimento com participação de não controladores (Nota 1.a)	-	-	-	-	-	-	-	-	219	219
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	4.175.222	-	207.322	117.930	1.485.996	(12.839)	-	5.973.631	219	5.973.850

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
LUCRO LÍQUIDO		727.476	627.378
Ajustes ao lucro líquido:			
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(1.898)	(2.053)
Depreciações e Amortizações	31	85.130	115.853
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para venda	35	544	(20.974)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	35	(29.167)	(9.851)
Variação cambial de obrigações por empréstimos e dívidas subordinadas		(22.839)	570.626
Cessão de direitos		-	(18.912)
Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e tributárias	25	181.171	196.564
Impairment de ágio na aquisição de investimentos	34	171.709	-
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes	11a	613.464	1.049.962
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(51.314)	(128.505)
Lucro líquido ajustado		1.674.276	2.380.088
Varição de Ativos e Passivos:			
(Aumento)/Redução em depósitos compulsórios		(2.820.076)	96.062
Redução em ativos financeiros ao valor justo no resultado		14.423	394.170
(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(16.699)	(14.561)
(Aumento)/Redução em empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		(5.974)	12.795
(Aumento) em empréstimos e adiantamentos a clientes		(5.698.372)	(6.377.301)
Redução em outros ativos financeiros		588.351	221.850
(Aumento) em ativos fiscais		(114.832)	(139.478)
(Aumento) em outros ativos		(262.534)	(79.477)
Aumento em depósitos de clientes		7.737.974	1.424.637
(Redução)/Aumento em depósitos de instituições financeiras		(5.421.675)	1.393.024
Aumento/(Redução) em passivos financeiros ao valor justo no resultado		45.408	(124.322)
Aumento em outros passivos financeiros		1.112.293	57.290
(Redução) em provisões		(275.430)	(274.067)
Aumento em passivos fiscais		488.375	531.066
Aumento em outros passivos		1.289.055	1.091.720
Imposto de renda e contribuição social pagos		(413.027)	(441.768)
CAIXA LÍQUIDO (USADO)/PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(2.078.464)	151.728
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(228.159)	(513.211)
Redução em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		478.989	612.771
(Aumento) em ativos financeiros ao custo amortizado		(3.876.184)	(1.054.747)
Redução em ativos financeiros ao custo amortizado		608.524	66.848
Alienação de bens não de uso próprio		154.286	142.810
Redução de investimentos		2.082	-
(Aquisição) de imobilizado	17b	(100.337)	(6.841)
(Aquisição) de intangível	18b	(61.862)	(31.266)
Dividendos recebidos		176	-
Cessão de direitos		9.113	9.799
CAIXA LÍQUIDO (USADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(3.013.372)	(773.837)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Emissão de recursos de aceites e emissão de títulos	21b	8.175.739	6.993.590
Resgate de recursos de aceites e emissão de títulos	21b	(4.927.624)	(3.622.821)
Emissão de obrigações por empréstimos	22b	858.015	-
Liquidação/pagamentos de dívidas subordinadas		-	(2.515.985)
Pagamento de arrendamento	24b	(8.603)	(10.907)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(254.896)	(201.248)
Participação de acionistas não controladores		219	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		3.842.850	642.629
(REDUÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.248.986)	20.520
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	5	1.256.792	1.234.219
EFEITO DAS MUDANÇAS DAS TAXAS DE CÂMBIO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.898	2.053
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	5	9.704	1.256.792
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA			
Juros pagos		(2.155.208)	(3.105.028)
Juros recebidos		8.985.144	8.394.322
Transferência de ativos não de uso próprio		(22.591)	22.068
Ganhos/(perdas) não realizados em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		2.521	(10.778)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
RECEITAS		7.387.090	6.220.811
Juros e similares	27	8.269.847	8.497.406
Tarifas e comissões	28	702.946	476.629
Perda esperada com ativos financeiros		(612.980)	(1.049.197)
Outras receitas/(despesas)		(972.723)	(1.704.027)
DESPESAS COM JUROS E SIMILARES	27	(2.122.838)	(2.228.920)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(2.864.618)	(2.047.335)
Materiais, energia e outros	30	(4.170)	(3.775)
Serviços de terceiros	30	(591.897)	(437.057)
Outras		(2.268.551)	(1.606.503)
Comissões pagas a correspondentes bancários	30	(1.060.921)	(848.925)
Processamento de dados	30	(353.639)	(273.917)
Serviços do sistema financeiro	30	(308.645)	(215.442)
Propaganda, promoções e publicidade	30	(283.940)	(118.872)
Comunicações	30	(110.225)	(68.374)
Despesas com busca e apreensão de bens	30	(12.333)	(20.345)
Viagens	30	(1.618)	(1.726)
Manutenção e conservação de bens	30	(13.793)	(6.050)
Transportes	30	(5.487)	(3.587)
Taxas e emolumentos	30	(3.866)	(2.889)
Outras	30	(114.084)	(46.376)
VALOR ADICIONADO BRUTO		2.399.634	1.944.556
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(85.130)	(115.853)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		2.314.504	1.828.703
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		2.314.504	1.828.703
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		2.314.504	1.828.703
Pessoal		683.468	499.887
Remuneração direta		534.671	384.947
Benefícios		103.810	82.155
FGTS		34.450	24.634
Outros		10.537	8.151
Impostos, taxas e contribuições		782.783	630.384
Federal		751.327	608.296
Estadual		23	134
Municipal		31.433	21.954
Remuneração de capitais de terceiros	30	120.777	71.054
Aluguéis		120.777	71.054
Remuneração de capitais próprios		727.476	627.378
Juros sobre o capital próprio e dividendos		296.708	254.896
Lucros retidos		430.768	372.482

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

1) Contexto Operacional

O Banco PAN S.A. (“Banco”, “Banco PAN”, “Instituição” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Em fevereiro de 2020, lançou sua conta digital e com isso passou a oferecer uma plataforma completa de crédito e serviços financeiros focados nas classes C, D e E. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos (carros usados e motos novas), cartão de crédito, crédito pessoal, limite emergencial (cheque especial) bem como venda de seguros. Nos serviços, além de todo o transacional inerente a uma conta corrente, também oferece portabilidade de salário. O Banco PAN possui carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens e também administração de grupos de consórcios de veículos e imobiliário. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Conglomerado e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o Banco PAN também realiza cessões de créditos (sendo a maior parte com transferência substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital. Os resultados estão refletidos nas demonstrações contábeis em receitas com juros e similares.

Atualmente o Banco PAN é controlado pelo Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), com 71,69% do capital total*.

Em 31/12/2021 o capital social do Banco PAN estava distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Composição Acionária (em milhares de ações)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	657.561	100,00%	206.354	37,69%	863.915	71,69
Mercado (<i>free float</i>)	-	-	341.141	62,31%	341.141	28,31
Total	657.561	100,00%	547.495	100,00%	1.205.056	100,00

* Participação direta e indireta através do Banco Sistema S.A subsidiária do Banco BTG Pactual S.A.

a) Eventos societários

Em 05/04/2021 a Caixa Participações S.A. (“CaixaPar”), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal (“CAIXA”), e o Banco Sistema S.A. (“Banco Sistema”), subsidiária integral do Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), assinaram Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia e de titularidade da CaixaPar (“Contrato”), representativas de 49,2% do capital social votante e de 26,8% do capital social total da Companhia, totalmente subscritas e integralizadas, pelo valor de R\$ 11,42 por cada uma das ações objeto (“Operação”).

Em 19/05/2021 foi concluída a aquisição do Banco PAN pelo Banco Sistema, após verificado o cumprimento de todas as condições precedentes da operação, incluindo a aprovação do Banco Central do Brasil (“BCB” ou “BACEN”) e da autoridade concorrencial competente, encerrando-se nesta data o acordo de acionistas do Banco PAN, celebrado entre BTG Pactual e a CaixaPar em 31/01/2011.

- **Aquisição Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda**

Em 13/09/2021, o Banco PAN comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que assinou contrato para aquisição de 80% das quotas da Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda, a maior plataforma digital independente para comercialização de veículos do Brasil. O BACEN aprovou a aquisição em 10/12/2021.

- **Incorporação das ações da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.**

Em 03/10/2021, o Banco PAN S.A. (B3: BPAN4 – “PAN”) assinou um Acordo de Associação e Outras Avenças (“Acordo de Associação”) para incorporação da totalidade das ações de emissão da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A. (“Mosaico”) (B3: MOSI3), empresa nativa digital que reúne as marcas Zoom, Buscapé e Bondfaro, e que é detentora da maior plataforma de conteúdo e originação de vendas para o e-commerce do Brasil (“Operação”).

Uma vez aprovada pelas assembleias gerais do PAN e da Mosaico, a Operação será efetivada mediante a incorporação das ações de emissão da Mosaico pelo PAN, com emissão de 101.276.624 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal do PAN (“Ações BPAN4”) a serem entregues aos acionistas da Mosaico, em uma relação de troca de 0,8x (MOSI3/BPAN4). Desta forma, o capital social da Mosaico passará a ser integralmente detido pelo PAN e os atuais acionistas da Mosaico passarão a deter 7,8% do capital social do PAN.

Também no âmbito da Operação, os acionistas da Mosaico receberão 21.099.296 bônus de subscrição de emissão do PAN (“Bônus de Subscrição”), sendo que cada bônus dará direito a 0,166667 Ação BPAN4. A condição para o exercício dos Bônus de Subscrição é que, a partir de 6/10/2021 e em até 30 (trinta) meses do fechamento da Operação, o preço de negociação das Ações BPAN4 no encerramento de 3 (três) pregões consecutivos da B3 tenha se mantido em valor superior a R\$ 24,00 (vinte e quatro reais).

O fechamento da Operação está condicionado ao cumprimento de condições suspensivas usuais de mercado, incluindo a obtenção, pela Mosaico e pelo PAN, das aprovações das respectivas Assembleias Gerais e do BACEN, tendo em vista a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, ocorrida em 25/11/2021.

Em 11/03/2022, o Conselho de Administração do Banco PAN confirmou o cumprimento das condições suspensivas que condicionavam a eficácia da operação de incorporação da totalidade de ações da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A. (“Mosaico”), conforme Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações celebrado entre o Banco PAN e Mosaico no dia 26/10/2021 e, portanto, consignou que as deliberações constantes da Assembleia Geral Extraordinária do Banco PAN realizada em 01/12/2021, inclusive a incorporação de ações, passaram a ser válidas e eficazes, para todos os fins e efeitos de direito.

2) Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Conforme plano de convergência estabelecido pelo BACEN, por meio do Comunicado 14.259, de 10/03/2006, Resolução nº 3.786 do CMN, de 24/09/2009 e Circular 3.472 do BACEN, de 23/10/2009, as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devem, a partir de 31/12/2010, elaborar e divulgar anualmente Demonstrações Contábeis, de acordo com as normas internacionais (IFRS), conforme os

pronunciamentos emitidos pelo IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *IFRS Foundation*.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 10/03/2022.

2.2) Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos contábeis em 31/12/2021

Alterações na IFRS 4 – Contratos de Seguros, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRS 16 - Arrendamentos e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Fase II da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado – IBOR (*Interbank Offered Rate*). As alterações normativas resumem-se em:

- Ativos e Passivos Financeiros – Admite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desreconhecimento do contrato;
- *Hedge accounting* – Fim das isenções para avaliação da efetividade dos relacionamentos de *hedge* (Fase I) com o reconhecimento em resultado da parcela inefetiva, criação de subcarteiras para segregação dos contratos com as taxas alteradas para *hedges* de grupo de itens, prazo de 24 meses para identificação e segregação de novo risco baseado na alteração das taxas de juros, e atualização das documentações de *hedge*; e
- Divulgação – Requerimentos sobre a divulgação e gerenciamento dos riscos em que a entidade está exposta pela reforma e da evolução da transição das IBORs. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2021 e não trouxeram impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN.

Alteração IFRS 16 Arrendamentos – Admite aos arrendatários não caracterizar as concessões feitas ao arrendamento motivadas pela pandemia da COVID-19 como modificação de contrato. Efetiva para os exercícios iniciados em 01/06/2020, sendo permitida a adoção antecipada. O Banco PAN optou por não utilizar a exceção oriunda da norma e, desta forma, não houve impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Alteração IAS 37 – Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2022 e não trouxeram impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN.

Alteração IFRS 3 – Combinação de Negócios: Substitui as referências das versões antigas da estrutura conceitual para mais recente. As substituições são aplicáveis a partir de 01/01/2022 e não trouxeram impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN.

IFRS 17 – Contratos de Seguro – substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro: A referida norma apresenta três abordagens para avaliação do contrato de seguro:

- I. Modelo Padrão – Aplicável a todos os contratos de seguros sem participação direta;
- II. *Premium Allocation Approach (PAA)* – Aplicável aos contratos de seguro com duração de até 12 meses ou quando produzam resultados semelhantes aos que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão; e

- III. *Variable Fee Approach* – Aplicável a todos contratos de seguros sem participação direta. Contratos de seguros que são substancialmente contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno do investimento com base nos itens subjacentes.

O reconhecimento dos contratos de seguros será por meio da análise dos:

- I. Fluxos de Caixa Futuros Esperados – Estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato;
- II. Ajuste ao Risco – Estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- III. Margem Contratual – Diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato; e
- IV. Desconto – Fluxo de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 01/01/2023 e o Banco PAN não espera impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – Estabelece que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumerizem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2023 e não trazem impactos financeiros. As análises referentes as mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma.

Alterações da IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros – Inclui a definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 01/01/2023 e não há impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN.

Alterações da IAS 12 – Tributos sobre o lucro – Esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.3) Uso de Estimativas Contábeis, Críticas e Julgamentos

As demonstrações contábeis são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Banco. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas pelo Banco são as melhores estimativas disponíveis e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas pelo Banco e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significantes estão descritas abaixo:

a) Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo no resultado incluem principalmente: (i) empréstimos e adiantamentos a clientes; (ii) instrumentos de dívida; e (iii) derivativos.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados com base no preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação realizada entre participantes

independentes na data da mensuração, sem favorecimento. Há diferentes níveis de dados que devem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros: os dados observáveis que refletem os preços cotados de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos (nível 1), os dados que são direta ou indiretamente observáveis como ativos ou passivos semelhantes (nível 2), ativos ou passivos idênticos em mercados sem liquidez e dados de mercado não observáveis que refletem as próprias premissas do Banco ao precificar um ativo ou passivo (nível 3). Maximiza-se o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo. Para chegar a uma estimativa de valor justo de um instrumento mensurado com base em mercados não observáveis, o Banco primeiro determina o modelo apropriado a ser adotado e devido à falta de acompanhamento dos dados significativos, avalia todos os dados baseados nas experiências relevantes na derivação de dados de avaliação, inclusive, porém não se limitando a, curvas de rentabilidade, taxas de juros, volatilidades, preços de participações no capital ou dívidas, taxas de câmbio e curvas de crédito. Além disso, a respeito dos produtos que não são negociados em bolsa, a decisão do Banco deve ser considerada para avaliar o nível apropriado de ajustes de avaliação para refletir a qualidade de crédito da contraparte, o próprio valor de crédito, limitações de liquidez e parâmetros não observáveis, quando relevante. Embora se acredite que os métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles praticados no mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para apurar o valor justo de determinados instrumentos financeiros poderia resultar em uma estimativa diferente de valor justo na data de divulgação e/ou liquidação.

b) Perda esperada de ativos financeiros

Na data-base de divulgação das demonstrações contábeis, o Banco deve avaliar as perdas inerentes a ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A determinação da perda esperada com ativos financeiros ao custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, exige um alto nível de julgamentos que envolve critérios diversos de avaliação, tais como:

- Prazo para avaliação da perda esperada;
- Informações prospectivas;
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade; e
- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito.

Os títulos públicos de governos nacionais são considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, conforme estudo efetuado pelo Banco PAN.

As metodologias e as suposições usadas são revistas regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas e a efetiva perda esperada.

c) Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ativos não correntes mantidos para venda

Na data-base de divulgação das demonstrações contábeis, o Banco possui como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável. O Banco mantém provisão para desvalorização de veículos e afins relativos a ativos não correntes mantidos para venda.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual,

a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações contábeis. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

e) Provisões, contingências e outros compromissos

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos, decorrentes do curso normal de suas atividades e operações, propostos por empregados, terceiros e órgãos públicos, de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias. Essas ações são conduzidas por advogados externos e geridas individualmente por meio de sistema informatizado.

As provisões e contingências são constituídas com base no risco de perda provável, utilizando metodologia estatística individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e valor da demanda. Para as demandas tributárias e estratégicas, o Banco constitui provisão com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer dos assessores legais, a evolução da jurisprudência e as experiências prévias sobre a matéria. As ações trabalhistas e cíveis massificadas consideram a avaliação de advogados externos especializados e são provisionadas de acordo com o índice histórico de perda de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos meses.

O detalhamento das provisões, contingências e outros compromissos estão apresentados na nota 25.

2.4) Base de Consolidação

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Acionistas	Participação total %	
	31/12/2021	31/12/2020
Controladas diretas:		
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização.	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	100,00
Controlada indireta:		
Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda. (1)	80,00	-

(1) Empresa controlada pela Brazilian Finance & Real Estate S.A. (nota 1.a - Eventos Societários).

Nas demonstrações contábeis foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, oriundos das transações entre o Banco e suas controladas, e seus respectivos resultados.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica “Receitas com juros e similares” e “Despesas com juros e similares”.

3) Principais Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas normas internacionais vigentes até 31/12/2021.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações contábeis foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação/transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário, na qual cada entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações contábeis, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Reais, moeda funcional do Banco e de suas subsidiárias e também a moeda de apresentação das demonstrações contábeis.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado de acordo com a IAS 21.

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições e reconhecimento

Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

Derivativo: é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo ou inferior em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

Valor justo: valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for

possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

Taxa efetiva: é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Modelo de negócio: documento que demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados, venda do ativo financeiro ou ambos.

Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros: são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e o juros correspondem: valor do dinheiro no tempo (somente a compensação da passagem do tempo), risco do crédito associado ao valor do principal a receber, risco de liquidez, compensação custos administrativos e operacionais e margem de lucro.

Perda de crédito esperada: é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito, ou seja, o valor presente de todos os déficits de caixa, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Reconhecimento: os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando, e somente quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento e mensurados, inicialmente, ao valor justo, acrescido, no caso de item não mensurado ao valor justo, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados por três categorias:

- 1) Ativos Financeiros ao Custo Amortizado: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:
 - a) mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
 - b) os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- 2) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:
 - a) mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
 - b) os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- 3) Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado: correspondem aos ativos que atendem uma das seguintes condições:
 - a) ativos financeiros que não atendem as condições de ativos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
 - b) escolha irrevogável, dos ativos que atendem as exigências de mensuração ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no reconhecimento inicial, com o propósito de eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, a Instituição pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de “Outros resultados abrangentes”. Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada.

iii. Desdobramento dos ativos financeiros para fins de apresentação

- **Caixa e equivalentes de caixa:** são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- **Empréstimos e adiantamentos a clientes:** incluem os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. As operações de crédito e de arrendamento mercantil compreendem os empréstimos e títulos descontados, financiamentos e outros créditos.
- **Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras:** créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil, exceto os representados por títulos.
- **Instrumentos de dívida:** representam os bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- **Instrumentos de patrimônio:** são os instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- **Outros ativos financeiros:** referem-se, basicamente, a saldos a receber no longo prazo junto a “Instituições Financeiras”.
- **Custos de aquisição diferidos:** As despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado mensalmente, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices.
- **Derivativos:** inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que foram designados como instrumento de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*) e outros instrumentos financeiros derivativos.

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo no resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;
- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: a) o valor da provisão para perdas; e b) o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15; e

- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: a) o valor da provisão para perdas; e b) o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- **Depósitos de instituições financeiras:** depósitos de qualquer natureza, inclusive no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- **Depósitos de clientes:** inclui os depósitos à vista e a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do Banco junto aos seus clientes.
- **Obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior:** inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- **Derivativos:** valor justo a pagar pelo Banco nos derivativos incluindo os instrumentos designados em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).
- **Relações com correspondentes:** inclui os passivos assumidos em operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, em virtude de parcelas recebidas antecipadamente a serem repassadas aos cessionários, mensurados com base na taxa de cessão.
- **Dívidas subordinadas:** refere-se às operações de captação por meio de emissão de notas subordinadas no Exterior.
- **Recursos de emissão de títulos:** refere-se a fontes de captação para financiamento das operações do Banco. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a Instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.
- **Obrigações por empréstimos e repasses:** refere-se a fontes de captação no País e no Exterior para financiamento das operações do Banco. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a Instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.
- **Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:** representa a obrigação em operações de cessão de crédito com coobrigação ou sem coobrigação. Os valores são representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros:

i. Mensuração dos ativos e passivos financeiros

Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado.

Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação, reduzidos pelas amortizações e provisões para perdas esperadas, sendo as receitas de juros calculadas pelo método de juros efetivo e reconhecidas no resultado do período.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. Existem também os passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado que se refere a obrigações de títulos e valores mobiliários no Exterior, dívidas subordinadas e instrumentos financeiros derivativos gerados em posições passivas em contratos de *swap* e futuros. O valor justo é mensurado pelo critério do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros, descontados por taxas divulgadas no mercado futuro na data do balanço.

iii. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir demonstra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 31/12/2021 e 31/12/2020, classificados com base nos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar o seu valor justo:

	31/12/2021			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros	657.068	223.177	5.479.637	6.359.882
Ao valor justo no resultado	242.358	-	5.479.637	5.721.995
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	414.710	223.177	-	637.887
Passivos financeiros	54.669	-	-	54.669
Ao valor justo no resultado	54.669	-	-	54.669

	31/12/2020			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros	899.599	235.980	1.377.099	2.512.678
Ao valor justo no resultado	256.781	-	1.377.099	1.633.880
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	642.818	235.980	-	878.798
Passivos financeiros	9.261	-	-	9.261
Ao valor justo no resultado	9.261	-	-	9.261

A seguir, os instrumentos financeiros que utilizam modelos internos para determinação do valor justo, cuja mensuração foi baseada em dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2) ou dados não observáveis (Nível 3):

	31/12/2021			
	31/12/2021	31/12/2020	Técnicas de avaliação	Principais premissas
Ativos financeiros	5.702.814	1.613.079		
Ao valor justo no resultado	5.479.637	1.377.099		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5.479.637	1.377.099	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) – B3 S.A. aplicados a modelo interno de marcação a mercado.
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	223.177	235.980		
Certificados de Recebíveis Imobiliários	218.233	223.355	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
Títulos patrimoniais	4.944	12.625	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
Passivos financeiros	39.488	-		
Ao valor justo no resultado	39.488	-		
Contratos de <i>swap</i>	39.488	-	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) – B3 S.A.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são classificados no Nível 3.

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida, patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Mercado Ativo: é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: Dados observáveis, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3: Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Portanto, dados não observáveis refletem as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre risco.

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)”.

Ajustes devidos a variações no valor justo, decorrentes de ativos financeiros ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica “Outros Resultados Abrangentes”. Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no Patrimônio Líquido Consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

v. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, exceto ativos mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco, exceto os passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são mensurados pelo custo amortizado no balanço patrimonial.

A seguir apresenta-se uma comparação entre os principais valores contábeis dos ativos e passivos financeiros do Banco não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do período:

31/12/2021

	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado	33.734.909	36.993.951	5.228.456	11.735	31.753.760
Títulos e valores mobiliários	5.434.134	5.228.456	5.228.456	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	11.735	11.735	-	11.735	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	27.061.757	30.526.477	-	-	30.526.477
Benefício residual em operações securitizadas	4.493	4.493	-	-	4.493
Recebíveis imobiliários	16.900	16.900	-	-	16.900
Outros ativos financeiros	1.205.890	1.205.890	-	-	1.205.890
Passivos financeiros ao custo amortizado	35.916.545	37.177.773	78.791	21.214.619	15.884.363
Depósitos de clientes	20.499.655	21.214.619	-	21.214.619	-
Depósitos de instituições financeiras	4.633.082	4.778.404	-	-	4.778.404
Recursos de emissão de títulos	9.380.408	9.788.404	-	-	9.788.404
Obrigações por empréstimos	812.045	864.397	-	-	864.397
Dívidas subordinadas	9.329	11.541	-	-	11.541
Outros passivos financeiros	582.026	520.408	78.791	-	441.617

31/12/2020

	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado	31.313.432	37.627.509	1.876.849	1.251.938	34.498.722
Títulos e valores mobiliários	1.824.992	1.876.849	1.876.849	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.251.938	1.251.938	-	1.251.938	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	26.079.387	32.341.607	-	-	32.341.607
Benefício residual em operações securitizadas	3.887	3.887	-	-	3.887
Recebíveis imobiliários	18.789	18.789	-	-	18.789
Outros ativos financeiros	2.134.439	2.134.439	-	-	2.134.439
Passivos financeiros ao custo amortizado	28.413.265	30.101.761	111.761	14.378.859	15.611.141
Depósitos de clientes	12.761.681	14.378.859	-	14.378.859	-
Depósitos de instituições financeiras	10.054.757	10.083.060	-	-	10.083.060
Recursos de emissão de títulos	5.346.049	5.381.192	-	-	5.381.192
Dívidas subordinadas	8.784	10.285	-	-	10.285
Outros passivos financeiros	241.994	248.365	111.761	-	136.604

Os métodos e premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas a seguir:

- As operações de empréstimos e adiantamentos a clientes referem-se, basicamente, às operações com taxas pré-fixadas cujo valor justo foi calculado com base nas taxas de juros praticadas pelo Banco nas respectivas datas-bases. As operações de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras representam as operações compromissadas de curto prazo e os certificados de depósitos interfinanceiros indexados principalmente a taxas pós-fixadas e os seus valores contábeis se aproximam ao valor justo das operações. Os instrumentos de dívidas mensurados ao custo amortizado incluem títulos públicos. Seus valores justos foram calculados pelas respectivas PU Anbima e pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro B3 S.A., respectivamente.
- Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado referem-se, basicamente, às operações de depósitos e captações atreladas às taxas pós-fixadas ou indexadores, tais como: CDI, IGPM, IPCA e INPC.
- Para as operações de captação por meio de depósitos com taxas prefixadas e as captações no Exterior em moeda estrangeira, o valor justo foi calculado pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro (B3 S.A.).

d) Baixa de ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando:

A Instituição não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou

A Instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxo de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a Instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a Instituição não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

A Instituição realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém quando todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos são retidos pelo Banco estes não são baixados do balanço patrimonial.

ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e contrapartida ao reconhecimento de um novo passivo, a respectiva diferença é reconhecida no resultado.

e) Baixa de ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando, e somente quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são periodicamente remensurados pelo seu valor justo com as variações reconhecidas diretamente no resultado.

Para a determinação do valor justo dos derivativos deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado por meio de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação, tais como, a consideração do risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do Banco (derivativos passivos).

De acordo com a política interna de gestão de riscos, o Banco documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos e objetos, quando da designação inicial da operação, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade.

O Banco avalia, no início da operação e em bases periódicas, se os instrumentos são efetivos na compensação das variações no valor justo dos respectivos itens objetos de *hedge* durante o período para o qual está designado, e se os resultados atuais de cada operação estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade estabelecidos pelo IAS 39.

Para a contabilização e divulgação das estruturas de *hedge accounting*, o Banco utilizou a faculdade do IFRS 9, de manter os requerimentos previstos na IAS 39.

- **Hedge de valor justo**

Quando um derivativo é designado como *hedge* de valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme, as variações no valor justo do derivativo e as variações no valor justo do item objeto de *hedge* são reconhecidas diretamente no resultado.

- **Estrutura de Hedge contábil**

No primeiro semestre de 2011, o Banco estruturou operação de *hedge* contábil de valor justo utilizando *swaps* cambiais e de taxa de juros com o objetivo de minimizar o risco de juros (cupom cambial) da captação externa em aberto.

Dessa forma, o Banco passou a realizar a marcação a mercado da dívida subordinada emitida no Exterior, e dos derivativos de *hedge*, realizando testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e passou a reconhecer o resultado dos derivativos e dos itens objeto de *hedge* diretamente no resultado do exercício. Em abril/2020 o objeto e o instrumento do *hedge* foram liquidados no vencimento.

No primeiro semestre de 2016, o Banco designou mais uma estrutura de *hedge* contábil de valor justo, correspondente à parcela da carteira de crédito de varejo e os respectivos instrumentos financeiros derivativos empregados com objetivo de minimizar o risco de taxa de juros pré-fixados. Assim, as operações de crédito de juros pré-fixados passaram a ser marcadas a mercado, com realização de testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e reconhecimento do resultado da marcação a mercado direto no resultado do exercício. No segundo semestre de 2019, foi realizado o aprimoramento do programa de *hedge* contábil de crédito de varejo de forma a considerar a opcionalidade comportamental do pré-pagamento para novas designações.

Já no segundo semestre de 2016, foi realizado o *hedge* contábil de valor justo de passivos pré-fixados de longo prazo e os respectivos instrumentos financeiros derivativos empregados com objetivo de minimizar o risco de taxa de juros pré-fixados. Assim, as operações passivas de longo prazo passaram a ser marcadas a mercado, com realização de testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e reconhecimento do resultado da marcação a mercado direto no resultado do exercício.

- **Instrumentos de hedge**

Os instrumentos de *hedge* de exposições cambiais são derivativos que possuem como posição ativa valores em Dólar Americano (US\$) e como posição passiva valores em Reais (taxa pré-fixada ou atreladas ao DI).

Os instrumentos de *hedge* para exposições à taxas de juros pré-fixadas são derivativos que possuem o objeto indexado à taxa pré-fixada e o instrumento indexado à taxa de juros DI. Liquidado em abril/2020.

- **Objetos de hedge**

O item objeto de *hedge* de exposição cambial é o Empréstimo realizado no Exterior (passivo), sendo uma dívida em Dólar Americano (US\$), captado em dezembro/2021.

Os itens objeto de *hedge* de exposições de taxas de juros pré-fixadas são parcelas da carteira de crédito varejo e passivos de longo prazo.

g) Provisão para perda de crédito esperada

A provisão para perda de crédito esperada é a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que esperamos receber, descontados a taxa de juros efetiva original ou a taxa de

juros efetiva ajustada ao crédito para ativos financeiros comprados ou concedidos com problemas de recuperação de crédito.

Os fluxos de caixa estimados, levam em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro (pagamentos antecipados, extensão, opção de compra e similares) ao longo da vida esperada desse instrumento. Também são incluídos ao fluxo de caixa, venda de garantia detida e outras melhorias de crédito que forem parte integrante dos termos contratuais. Nos casos que não forem possíveis estimar, de forma confiável, a vida esperada do instrumento, a entidade utiliza o termo contratual remanescente do instrumento financeiro.

A Instituição reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, recebíveis de arrendamento, ativos contratuais no escopo do IFRS 15, compromisso de empréstimos e contratos de garantia financeira.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência esperada dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência esperada. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente; e
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência esperada. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

h) Redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

A redução do valor recuperável (*impairment*) dos ativos não financeiros – é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupo de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objetos de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável.

i) Vendas com compromisso de recompra e compras com compromisso de revendas

As compras de ativos financeiros vinculadas a contratos de revenda são reconhecidas como um financiamento concedido, garantido por ativo financeiro, sendo consideradas, quando aplicável, como “Caixa e equivalentes de caixa”. As vendas de ativos financeiros vinculadas a contratos de recompra são reconhecidas como um financiamento recebido, garantido por ativo financeiro, sendo apresentadas no balanço patrimonial na conta “Depósitos de instituições financeiras” (passivo).

As variações do resultado entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como “Receitas de juros e similares” e “Despesas de juros e similares” ao longo do prazo do respectivo contrato.

j) Ativos não correntes mantidos para venda

O Banco classifica os ativos em não correntes mantidos para venda, quando seu valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda e não pelo uso contínuo e que também satisfaçam os critérios de classificação como mantidos para venda. Estes são avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, por meio da utilização de percentuais históricos de recuperação que representam a melhor estimativa da Administração.

k) Investimentos em empresas coligadas

Coligadas são todas as empresas sobre as quais a Organização possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle. Normalmente, é presumida influência significativa quando a Organização detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo com menos de 20% do direito de voto, a Organização poderá ter uma influência significativa, através de participação na administração da investida ou participação no Conselho de Administração, com poder de voto. Os investimentos em coligadas são registrados nas demonstrações contábeis pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente ao custo.

l) Operações de arrendamento (Arrendatário)

Corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao Ativo de Direito de Uso, depreciado de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados periodicamente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A despesa financeira corresponde aos juros do passivo de arrendamento e é reconhecida na rubrica de despesa de juros na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os impactos das operações de arrendamento estão apresentados nas notas explicativas: 14 e 24.

m) Ativos tangíveis

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

São representados pelos valores de imóveis, veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis/equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao item e seu custo possa ser mensurado com segurança. Os demais gastos subsequentes são reconhecidos imediatamente na rubrica de "Outras despesas administrativas", quando incorridos.

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada e pelo custo de aquisição dos ativos deduzindo o seu valor residual.

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das demonstrações contábeis, se há qualquer indicação de que um ativo possa ter valor não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação

futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação entre o valor líquido recebido e o valor contábil e são reconhecidos como “Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda” na demonstração do resultado.

Benfeitorias em imóveis de terceiros: Somente são reconhecidos ativos tangíveis cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.

As entidades consolidadas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos. Os critérios utilizados para reconhecer estas perdas são similares aos utilizados para ativos imobilizados.

n) Ativos intangíveis

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, e no caso de ativos intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. São representados por:

i. Licenças:

As licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as licenças com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização, para estes casos, é realizada pelo método linear de acordo com o prazo contratual, a partir da disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O teste de *impairment* é realizado no mínimo a cada data de encerramento de exercício e sempre que houver evidência objetiva de perda da respectiva classe de ativos.

ii. Softwares:

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os mesmos e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Estes custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banco, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios forem atendidos:

- A administração tem intenção e capacidade para uso ou venda do software sendo tecnicamente viável sua conclusão e provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com confiabilidade.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

o) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método contábil de aquisição. O método envolve reconhecer ativos (inclusive, se aplicável, ativos intangíveis previamente não reconhecidos) e passivos (inclusive passivos contingentes e excluindo reestruturação futura) identificáveis do negócio adquirido pelo seu valor justo.

Ações emitidas e transferidas como parte de pagamento são mensuradas ao valor justo na data da emissão. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos é reconhecido como ágio. Se o custo de aquisição é menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos, o desconto na aquisição é reconhecido diretamente na demonstração do resultado no ano da aquisição.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é inicialmente contabilizado pelo custo, representando o excesso do custo da combinação de negócios sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda com redução ao valor recuperável acumulado. O ágio é revisado por redução ao valor recuperável anualmente, ou até mais frequentemente, se eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil possa estar abaixo do valor recuperável. Eventuais perdas por impairment de ágio não são revertidas posteriormente.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

p) Provisões, ativos e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações contábeis, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessárias) ao final do exercício. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos, sendo objeto de provisão contábil. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.

q) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas estão resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares:

As receitas e despesas com juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

A “Taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

ii. Receitas de tarifas e comissões:

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- As receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo, são reconhecidas no resultado pelo prazo contratual das operações; e
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período em que perdurar a prestação destes serviços.

iii. Receitas e despesas operacionais

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados / incorridos pela entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

r) Garantias financeiras

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários. Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como: garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas ao valor justo, e o valor presente de taxas, comissões e juros recebidos e a receber desses contratos ao longo de seu prazo na rubrica de “Receitas de tarifas e comissões”.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

s) Benefícios a empregados**i. Benefícios de curto prazo**

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são: salários, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários.

ii. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica e curso de qualificação e/ou requalificação profissional aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefício rescisório.

t) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base.

Por meio de estudo técnico realizado pela Administração, a expectativa de recuperação dos créditos tributários contabilizados é de até dez anos. A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis ou não tributáveis.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

u) Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Caixa e equivalentes de caixa: são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- Fluxos de caixa: são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.

- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa; e
- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento.

v) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações ordinárias pela média ponderada das ações ordinárias em poder dos acionistas na data do balanço. O lucro diluído por ação é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo básico por ação pelos investimentos com potencial de diluição.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há investimentos potenciais diluíveis.

w) Patrimônio líquido

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis no final do período, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral / Conselho da Administração.

x) Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Banco.

As receitas e despesas diretamente relacionadas com cada segmento são consideradas na avaliação do desempenho do segmento de negócios.

O Banco possui os seguintes segmentos de negócios: (i) Financeiro; (ii) Consórcios; (iii) Securitização de Recebíveis; e (iv) Outros.

y) Benefício residual em operações securitizadas

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei Federal nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio.

z) Eventos subsequentes

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São divididos em:

- i. eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- ii. eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) Gestão de Risco Operacional e Riscos Financeiros

4.1) Introdução e visão geral

Os principais riscos aos quais o Banco está exposto, e que são provenientes de suas atividades, são apresentados a seguir:

- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Mercado; e
- Risco Operacional.

4.2) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração representa a maior instância na estrutura de gestão do Banco, sendo subordinados a ele o Diretor Presidente e a estrutura de Auditoria. As diretorias, segmentadas por tipo de atividade e negócio, estão ligadas diretamente ao Diretor Presidente. Entre essas, está a Diretoria de Controladoria e Compliance, que possui a atribuição de definir as metodologias e métricas de risco, assim como o monitoramento e reporte de todos os riscos financeiros e não financeiros aos quais a atividade bancária está sujeita.

A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle dos riscos de mercado, crédito, liquidez e capital é a Gerência de Riscos Financeiros e Capital. A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle do risco operacional é a Gerência de Riscos Não Financeiros.

O Banco adota as seguintes definições no gerenciamento de riscos:

- **Risco de Crédito:** é o risco associado: (i) ao não cumprimento, pelo tomador, garantidor ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) à desvalorização de contrato de crédito ou instrumento financeiro devido à deterioração de risco do tomador ou emissor; (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. No tratamento do risco de crédito, o risco de concentração a tomadores, garantidores, contrapartes, emissores e setores econômicos deve ser levado em consideração.
- **Risco de Liquidez:** é o risco associado à possibilidade do Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- **Risco de Mercado:** é o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Banco, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.
- **Risco Operacional:** é o risco devido à ocorrência de eventos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos relacionados que impactem o alcance dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais do Banco. Essa definição inclui o risco legal, que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

A Instituição classifica os eventos de Risco Operacional nas seguintes categorias:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Interrupção das atividades da Instituição; e
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação.

4.2.1) Risco de Crédito

Na estrutura do Banco PAN, tanto na concessão de crédito como no gerenciamento dos riscos de crédito e na cobrança e recuperação de ativos, a carteira é dividida nos segmentos empresas, varejo e crédito imobiliário, sendo o primeiro composto por empréstimos e financiamentos a pessoas jurídicas e os demais a pessoas físicas (Crédito Direto ao Consumidor - CDC, Leasing, Crédito Pessoal, Cartões de Crédito, Consignado e Crédito Imobiliário).

a) Políticas e estratégias da gestão de risco de crédito

A unidade de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivos:

- Monitorar a concentração de exposição por contrapartes, área geográfica e setor de atividade;
- Identificar, mensurar, monitorar e reportar o risco de crédito das carteiras, bem como acompanhar o volume de provisionamento regulatório e gerencial;
- Propor, acompanhar e reportar os limites de exposição aos riscos de crédito de carteira;
- Disseminar junto às unidades, principalmente as de negócio e produto, as melhores práticas relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito de carteira; e
- Monitorar, reportar e propor ações de mitigação, visando manter a exposição a risco de crédito de carteira alinhada à estratégia de negócios definida pela alta Administração.

A Auditoria Interna realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de crédito do Grupo.

b) Ciclo de Crédito

O Banco tem como premissa básica para a concessão de crédito, a análise da capacidade de caixa e capacidade de acesso às linhas de crédito da empresa ou a capacidade de pagamento da pessoa física.

Em todos os casos, as garantias das operações são observadas como acessórias e, portanto, não sendo o principal motivo para concessão de crédito. O nível de garantias exigidas está relacionado ao risco do cliente e da operação. O processo de concessão de crédito está estruturado da seguinte forma para cada um dos principais segmentos de atuação, empresas, varejo e crédito imobiliário:

i. Empresas

A classificação do *rating* do cliente é realizada no momento da avaliação de crédito. O modelo de classificação leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente, visitas técnicas e

pesquisas no mercado, com clientes, fornecedores e concorrentes. Quando é caracterizado grupo econômico, é definida uma classificação para o grupo consolidado. A partir do *rating* do cliente é definido um *rating* da operação, que leva em consideração as garantias envolvidas. Desde 2017, a carteira de empresas foi descontinuada (*run-off*)

ii. Varejo

Nas operações de varejo, o processo de concessão de crédito é suportado pelas informações cadastrais de cada cliente capturadas nos pontos de venda, pelos dados de *bureaus* de crédito, pela avaliação dos analistas de crédito e modelos de *scoring* automatizados, bem como pelo cumprimento das exigências internas definidas pela Diretoria e externas, pelo Banco Central do Brasil.

iii. Crédito Imobiliário

São realizados controles e acompanhamentos dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores. Desde 2017, a carteira de crédito imobiliário foi descontinuada (*run-off*).

c) Gerenciamento de Risco de Crédito

Após a contratação da operação, é necessário realizar o gerenciamento de risco de crédito das carteiras de produtos, segmentos e de cada empresa do Conglomerado PAN, visando analisar o comportamento de pagamento das operações.

d) Exposição ao Risco de Crédito

Na tabela a seguir tem-se o resumo da exposição máxima ao risco de crédito nas carteiras próprias e cedida com coobrigação para 31/12/2021 e 31/12/2020. A exposição máxima atingiu R\$ 50,7 bilhões, sendo R\$ 7,3 bilhões deste montante de limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas (R\$ 41,5 bilhões, sendo R\$ 4,5 bilhões deste montante de limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas em 31/12/2020).

i. Exposição máxima ao risco de crédito

	31/12/2021		31/12/2020	
	Total	Perda esperada	Total	Perda esperada
Empréstimos e adiantamentos a clientes	35.904.252	3.267.972	30.668.360	3.127.745
Itens não registrados no balanço patrimonial (1)	7.252.731	94.886	4.459.570	84.129
Títulos e valores mobiliários	6.306.937	-	2.945.552	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	11.735	-	1.251.938	-
Valores a receber por cessão de créditos	1.205.548	-	2.134.439	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.498	-	2.394	-
Benefício residual em operações securitizadas	4.493	-	3.887	-
Recebíveis imobiliários	16.900	-	18.789	-
Exposição máxima ao risco de crédito	50.705.094	3.362.858	41.484.929	3.211.874

(1) Referem-se a limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas, para os quais foram constituídas provisões para perdas.

Títulos e valores mobiliários são representados, substancialmente, por 96,5% em títulos do governo brasileiro dos quais não apresentam risco de crédito, conforme definição do BACEN.

Na tabela a seguir é apresentada a distribuição dos ativos de acordo com a classificação de vencimento e ocorrência de perdas de crédito esperadas.

Carteira de Crédito	31/12/2021	31/12/2020
Não vencidos nem sujeitos a perdas de crédito esperadas	28.036.496	24.867.591
Vencidos, mas não sujeitos a perdas de crédito esperadas	4.609.263	2.980.949
Sujeitos a perdas de crédito esperadas	3.258.493	2.819.820
Total de empréstimos e adiantamento a clientes	35.904.252	30.668.360
Provisão para perda de crédito esperada (2)	(3.362.858)	(3.211.874)
Valor líquido (Nota 10a)	32.541.394	27.456.486

(2) Contempla provisão para perdas de itens em exposição não registrados no Balanço Patrimonial no montante de R\$ (94.886) em 31/12/2021 e R\$ (84.129) em 31/12/2020.

A concentração de risco dos maiores devedores segue na tabela a seguir:

Maiores devedores	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	703.206	1,96	697.064	2,27
50 seguintes maiores devedores	580.574	1,62	682.777	2,23
100 seguintes maiores devedores	236.100	0,66	263.342	0,86
Demais devedores	34.384.372	95,77	29.025.177	94,54
Total	35.904.252	100,00	30.668.360	100,00

Da carteira de crédito total do varejo, os empréstimos cobertos por garantias são: veículos leves, veículos pesados e motos.

As operações de crédito com prazos renegociados correspondem às transações reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores. Uma vez que a operação é reestruturada, esta continua nesta categoria independentemente de ter desempenho satisfatório após a reestruturação.

A carteira de operações de crédito com prazos renegociados atingiu R\$ 96.347 (R\$ 156.409 em 31/12/2020). Os produtos contemplados na carteira de renegociação são os financiamentos de veículos leves, motos e pesados.

ii. A tabela a seguir apresenta os ativos vencidos mas não sujeitos a perda ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso.

Atraso (em dias)	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo	%	Saldo	%
1 a 30	2.967.762	64,39	2.082.764	69,87
31 a 60	1.043.124	22,63	576.002	19,32
61 a 90	598.377	12,98	322.183	10,81
Total	4.609.263	100,00	2.980.949	100,00

iii. A tabela a seguir apresenta os ativos sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso.

Atraso (em dias)	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo	%	Valor	%
A vencer	852	0,03	32.434	1,15
Vencidos acima de 90 dias	3.257.641	99,97	2.787.386	98,85
Total	3.258.493	100,00	2.819.820	100,00

A distribuição setorial da carteira de crédito é demonstrada na tabela a seguir.

Setor	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	34.212.508	95,29	28.872.983	94,15
Serviços	1.326.472	3,69	1.334.436	4,35
Construção e Incorporação	83.369	0,23	133.228	0,43
Financeiros	636.834	1,77	617.935	2,01
Utilitários	106.923	0,30	82.145	0,27
Transporte e Logística	4.643	0,01	6.334	0,02
Mídia, TI e Telecom	10.013	0,03	10.025	0,03
Locação de veículos	470	-	759	-
Saúde, Segurança e Educação	134	-	167	-
Outros Serviços	484.086	1,35	483.843	1,58
Comércio	365.202	1,02	376.090	1,23
Atacado e Varejo	365.202	1,02	376.090	1,23
Indústria de Base	70	-	65.033	0,21
Papel e Celulose	-	-	42.999	0,14
Têxtil	1	-	15.258	0,05
Indústria Química	-	-	6.669	0,02
Outras Indústrias	69	-	107	-
Agroindústria	-	-	19.818	0,06
Açúcar e Etanol	-	-	15.669	0,05
Agronegócio e Proteína animal	-	-	4.149	0,01
Total	35.904.252	100,00	30.668.360	100,00

e) Provisão para perda esperada

Regularmente a Instituição avalia e reclassifica as perdas esperadas das exposições sujeitas ao risco de crédito por meio de modelos estatísticos e processos internos dos quais considera a série histórica de perdas do que compreende cerca de 5 anos. O cálculo das perdas de crédito esperadas para ativos financeiros é realizado de acordo com as características de cada tipo de carteira, considera a qualidade e as características atuais dos clientes e das operações, inclusive suas garantias. Nas avaliações da perda esperada também foram considerados fatores macroeconômicos e projeções de rolagens, que incorporam os efeitos correntes e prospectivos de variáveis econômicas nas estimativas de perdas.

De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas de acordo com as seguintes metodologias:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos próximos 12 meses; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um ativo financeiro.

A mudança de metodologia de perdas esperadas de 12 meses para a vida inteira do ativo financeiro é realizada quando ocorre um acréscimo significativo no risco de crédito na data do relatório em relação ao seu reconhecimento inicial. A Instituição pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não aumentou significativamente, quando este permanecer classificado como baixo risco de crédito na data do relatório.

Conforme o segmento da carteira de crédito e o perfil do cliente, a Instituição utiliza diferentes indicadores para classificação em estágios. Abaixo demonstramos os segmentos, conforme os estágios e indicadores.

Segmento Varejo:

Estágio 1: Exposição em dia ou vencida até 30 dias ou classificação para *ratings* internos enquadrados como baixo risco;

Estágio 2: Exposição vencida entre 31 e 90 dias ou classificação para *ratings* internos como médio e alto risco e com aumento considerável de risco em relação ao estágio 1; e

Estágio 3: Exposição vencida acima de 90 dias, *Default*.

Segmento Atacado:

Estágio 1: Exposição em dia ou vencida até 30 dias ou classificação para *ratings* internos enquadrados como baixo risco;

Estágio 2: Exposição vencida entre 31 e 90 dias ou classificação para *ratings* internos como médio e alto risco e com aumento considerável de risco em relação ao estágio 1; e

Estágio 3: Exposição vencida acima de 90 dias e / ou apresentarem indicativos que não serão honrados nas condições pactuadas sem a execução de garantias e seguindo as diretrizes do modelo, o cálculo da perda esperada é dado pela multiplicação dos parâmetros de risco de crédito:

$PE = PD \times EAD \times LGD$, onde:

PD: Probabilidade de *Default* - refere-se à probabilidade de descumprimento percebida pela Instituição sobre o cliente, baseado nos modelos internos de avaliação para comparação do risco inicial.

EAD: *Exposure at Default* - Exposição Financeira no momento do default - refere-se ao valor contábil de exposição do cliente perante a Instituição no momento da estimativa da perda esperada. Em caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, o EAD terá a adição do valor esperado dos compromissos ou garantias financeiras prestadas que serão convertidos em crédito em caso de descumprimento do cliente.

LGD: *Loss Given Default* - refere-se ao percentual de perda em relação a exposição em caso de descumprimento, considerando todos os esforços de recuperação.

4.2.2) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco associado à possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

i. Gerenciamento ao risco de liquidez

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de liquidez são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de liquidez e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de liquidez em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações; e

- Identificar previamente o risco de liquidez inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado.

A unidade responsável pelo Controle de Risco de Liquidez gera e analisa, diariamente, um conjunto de informações e relatórios sobre as exposições e fluxos de caixa do Banco, incluindo aqueles relacionados à análise de descasamento dos ativos e passivos em moeda, prazo e taxa, e ao controle de limites aprovados e aqueles com as projeções de fluxos de caixa em cenários de normalidade e estresse em um horizonte de 90 dias, que são reportados para a mesa de operações e para a Diretoria.

Com relação aos aspectos regulatórios, mensalmente a área de Controle de Risco de Liquidez analisa e envia ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL), com informações relevantes sobre a liquidez do Conglomerado PAN.

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades relativas ao gerenciamento do risco de liquidez em consonância ao plano estratégico e às melhores práticas de governança corporativa, visando resguardar a solvência do Conglomerado, manter a exposição a este risco em níveis adequados e dentro dos limites aprovados, e cumprir com os requerimentos regulatórios.

ii. Exposição ao risco de liquidez

Os valores projetados e prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros são:

31/12/2021 – Valor Futuro							
Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	- 1.056.219	1.174.826	1.155.484	2.017.703	4.377.909	14.186.451	23.968.592
Depósitos de instituições financeiras	- 862.045	134.509	296.594	3.473	1.604.057	10.677.575	13.578.253
Total de depósitos	- 1.918.264	1.309.335	1.452.078	2.021.176	5.981.966	24.864.026	37.546.845
Dívidas subordinadas	- -	-	-	-	-	19.647	19.647
Recursos de emissão de títulos	- 83.991	42.443	25.552	141.679	1.833.859	2.513.785	4.641.309
Cessão de crédito com coobrigações	- 2.934	2.885	2.844	8.326	12.450	4.258	33.697
Total	- 2.005.189	1.354.663	1.480.474	2.171.181	7.828.275	27.401.716	42.241.498

31/12/2020 – Valor Futuro							
Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	- 469.456	292.428	172.127	1.054.879	2.120.302	10.832.793	14.941.985
Depósitos de instituições financeiras	- 8.335.042	66.262	202.122	215.843	3.355.055	511.216	12.685.540
Total de depósitos	- 8.804.498	358.690	374.249	1.270.722	5.475.357	11.344.009	27.627.525
Dívidas subordinadas	- -	-	-	-	-	15.263	15.263
Recursos de emissão de títulos	- 41.468	48.062	42.982	772.563	375.795	1.888.037	3.168.907
Cessão de crédito com coobrigações	- 9.441	4.707	4.697	18.646	27.526	48.850	113.867
Total	- 8.855.407	411.459	421.928	2.061.931	5.878.678	13.296.159	30.925.562

(*) os depósitos de clientes referem-se, basicamente, a operações de depósitos a prazo com datas de vencimento determinadas, porém podem ser resgatados antes dos prazos contratuais.

A tabela anterior apresentou os fluxos de caixa futuros referentes aos passivos financeiros, por prazo de vencimento, incluindo os valores a pagar estimados com operações de instrumentos financeiros derivativos.

Os fluxos de caixa pós-fixados são estimados com base nas projeções de indexadores embutidas nas taxas de mercado em 31/12/2021 e 31/12/2020.

Com relação ao valor presente dos fluxos de vencimentos dos valores a pagar passivos financeiros, vide as respectivas notas explicativas desses passivos.

4.2.3) Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Banco, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial; dos preços de ações; e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.

i. Gerenciamento do risco de mercado

A instância maior de gestão de riscos no Grupo PAN é o Conselho de Administração a quem subordina-se o diretor presidente e toda a diretoria. As Diretorias Financeira e de Relações com Investidores e a Diretoria de Controladoria e Compliance são as áreas envolvidas no gerenciamento de riscos financeiros. O Comitê de Ativos e Passivos tem como atribuições, entre outras, a análise de conjuntura econômica, estabelecer e acompanhar limites operacionais, níveis mínimos de caixa, controle de exposições e gestão de descasamentos entre ativos e passivos.

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado define os princípios, os valores e as responsabilidades na gestão desse risco. Além disso, cabe a área de risco revisar e propor periodicamente as políticas e processos de riscos, visando ao contínuo melhoramento.

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de mercado são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de mercado das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de mercado e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de mercado em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações; e
- Identificar previamente o risco de mercado inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Banco.

A identificação, mensuração, avaliação e controle dos riscos são realizados com base nas seguintes métricas:

- **Valor em Risco (“VaR” – Value at Risk):** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado é de 95% ou 99% de confiança para diferentes horizontes de tempo;

- **Perdas em cenários de estresse:** são as perdas teóricas calculadas depois da aplicação de choques nas curvas em cenários de estresse de mercado das posições atuais. Adicionalmente, são realizados os cálculos de estresse de taxa de juros para operações do *banking book*, conforme determinado pela Circular BACEN 3.365/07;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais;
- **Análise de sensibilidade (gregas):** sensibilidade dos preços das opções em relação aos preços dos ativos-objetos, volatilidades, taxas de juros e tempo;
- **Análise dos descasamentos** dos fluxos em moedas, prazos e taxas de juros; e
- **Acompanhamento da efetividade dos derivativos financeiros** utilizados na mitigação de risco de mercado (operações com o objetivo de *hedge* de exposições em moeda estrangeira, por exemplo).

A unidade responsável pelo controle de risco de mercado utiliza uma composição de métricas para a mensuração diária da exposição ao risco de taxa de juros da carteira *banking*, que, quando avaliadas em conjunto, tornam possível à Instituição ter uma visão mais clara e abrangente sobre os riscos de mercado incorridos. São exemplos de métricas:

- **VaR paramétrico:** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado para a mensuração da RBAN é de 95% ou 99% de confiança;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais; e
- **GAP ANALYSIS:** a análise de *gaps* é uma ferramenta importante na identificação das diferenças entre os valores tomados ou aplicados das posições da Instituição Financeira. Por meio de sua análise, é possível identificar as operações ou produtos que apresentem os maiores riscos de mercado, ou as diferenças de prazo, que geram risco de inclinação das curvas.

ii. Classificação das operações

De acordo com a Circular Bacen nº 3.354/07, o Banco deve adotar critérios mínimos na especificação da identificação das operações incluídas na carteira de negociação. A área de Controle de Risco de Mercado monitora o cumprimento dos critérios estabelecidos na Política de Classificação das Operações assumidas pelo Banco nas carteiras:

- **Trading Book (carteira de negociação):**

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas a limitações internas da sua negociabilidade

- **Banking Book (carteira de operações não classificadas na carteira de negociação):**

A carteira de não negociação é composta, de forma geral, pelas operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, não classificados na carteira de negociação, inclusive aqueles destinados a *hedge* de outros elementos desta carteira.

• Gestão de risco – Informações regulatórias

A unidade responsável pelo controle de risco de mercado realiza a mensuração e cálculo, diariamente, do capital exigido pelas exposições pertencentes à carteira *trading* e pela exposição cambial do Banco, cujos resultados são enviados ao BACEN por meio do Demonstrativo Diário de Risco (DDR). Mensalmente, são mensuradas as posições em risco, marcadas a mercado, do Banco, que são enviadas ao BACEN por meio do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM).

iii. Exposição aos riscos de mercado – carteiras mantidas para negociação

A principal ferramenta usada para medir e controlar a exposição aos riscos de mercado dentro das carteiras mantidas para negociação é o indicador de Valor em Risco (VaR). O VaR de uma carteira mantida para negociação é a perda máxima estimada que pode ocorrer dentro de um período específico de tempo (período de manutenção) e com uma dada probabilidade de ocorrência (nível de confiança).

O VaR é calculado tanto por meio da metodologia padrão estabelecida pelo BACEN na Circular nº 3.634/13, que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas, quanto por modelo interno, utilizado para fins gerenciais e para o controle de limites internos aprovados.

O modelo gerencial é baseado na abordagem paramétrica, com base na metodologia *Exponential Weighted Moving Average* (EWMA), para estimar a volatilidade a um nível de confiança de 99%.

Apresenta-se a seguir a posição de VaR desta carteira pela metodologia do BACEN:

	31/12/2021	31/12/2020	Δ%
Multiplicador	1	2,68	-

	31/12/2021			31/12/2020		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	-	-	-	-	-	-
Média 60 dias	-	-	-	-	-	-
Multiplicador	3,08	5	1	2,46	5	1
Prefixados	-	-	-	-	-	-
Cupom de índice de preços	-	-	-	-	-	-

O quadro a seguir apresenta os valores médios, máximos e mínimos de VaR:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	-	-	-	-	-	-
VaR IPCA	-	-	-	-	-	-
VaR USD	-	-	-	-	-	-
VaR Cambial	-	-	-	-	-	-
VaR sem efeito diversificação	-	-	-	-	-	-
VaR com efeito diversificação	-	-	-	-	-	-

Embora o VaR seja uma ferramenta importante para a mensuração dos riscos de mercado, as premissas nas quais os modelos são baseados apresentam algumas limitações, incluindo as especificadas a seguir, que devem ser consideradas na gestão dos riscos incorridos:

- Um período de manutenção de 1 dia presume que é possível proteger ou vender posições dentro desse período, o que não necessariamente se observa, principalmente em momentos de estresse ou em mercados pouco líquidos. Entretanto, o perfil atual da carteira *trading*, constituído de operações de curto prazo e títulos de alta liquidez minimizam o impacto dessa assunção.
- Um nível de confiança de 99% não reflete perdas que possam ocorrer além desse nível. Mesmo dentro do modelo usado, existe uma probabilidade de 1% de que as perdas superem o VaR mensurado.
- O uso de dados históricos como base para determinar a possível faixa de resultados futuros nem sempre pode incluir todos os cenários possíveis, especialmente aqueles de natureza excepcional.
- O modelo assume uma distribuição normal para os retornos financeiros. Nas séries de retornos observados há mais observações distantes da média do que seria o caso de uma distribuição normal. Assim, enquanto uma distribuição normal se encerra rapidamente para refletir a raridade de eventos improváveis, a cauda da distribuição empírica permanece relativamente espessa.
- Abordar a correlação de preço entre os ativos de forma linear, corresponde à adoção de uma premissa demasiadamente forte, pois, justamente em momentos de crise, os preços tendem, ainda que por curto espaço de tempo, a apresentar comportamentos divergentes em relação ao histórico, o que pode resultar, por exemplo, em potencial aumento do risco incorrido advindo de posições que deveriam apresentar um risco conjunto inferior ao risco individual de cada uma. Tais alterações no padrão histórico de volatilidade (ou quebra de premissas) podem levar os modelos a apresentar violações e limitar a capacidade preditiva dos mesmos.

Para superar essas limitações, o Banco aplica medidas destinadas a mensurar riscos em momentos de estresse. São calculados, para o mesmo horizonte do VaR (1 dia), e o teste de estresse histórico, com horizonte diário.

O *Conditional VaR*, também conhecido como *Expected Shortfall* (ES) estima a perda média esperada da carteira quando o VaR é violado. A 99% de confiança, espera-se que o VaR seja violado duas ou três vezes por ano. O teste de estresse histórico é a perda que a Instituição incorreria, caso os piores cenários de variação nos fatores de risco acontecidos no passado ocorressem novamente, utilizando dados de mercado desde setembro de 2008 (ápice da crise do *subprime*).

	31/12/2021			31/12/2020		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
ES	-	-	-	-	-	-
Teste de Estresse Histórico	-	-	-	-	-	-

As variações nos valores do teste de estresse seguiram as tendências observadas nas medidas de risco em cenário de normalidade, VaR (metodologias padrão e interna).

Os valores de VaR e teste de *stress* do *trading book* estão zerados, pois o banco não mantém posição na carteira *trading* desde 2019.

iv. Exposição aos riscos de taxa de juros – carteira de operações não classificadas na carteira de negociação

A mensuração, monitoramento e controle do risco de taxa de juros da carteira *banking* são realizados por meio de uma composição de métricas que são avaliadas em conjunto, dentre elas o VaR paramétrico, a análise de sensibilidade a movimentos das curvas de mercado, a avaliação dos descasamentos de ativos e passivos, dentre outros.

A partir de janeiro de 2020 a mensuração da parcela de capital referente ao risco de taxa de juros do *Banking Book* é realizada pela metodologia de valor econômico Delta EVE conforme disposto na Circular 3.876/18.

Apresentamos a seguir a posição de IRRBB nos respectivos fins de exercícios para os fatores de risco de taxa de juros da carteira *banking* em milhares:

	31/12/2021
Prefixados	(383)
Cupom de Inflação	(4.864)
Cupom de TR	3.410
Cupom de Dólar	1
Rban Carteira	(1.836)

Rban	31/12/2021		
	Média	Máximo	Mínimo
Prefixados	4.510	13.854	(3.962)
Cupom de Inflação	(3.284)	(715)	(6.613)
Cupom de TR	4.404	5.556	3.257
Cupom de Dólar	2	4	1

A Rban é utilizada na gestão do risco de taxa de juros, junto com as demais métricas destacadas anteriormente, e sua mensuração é realizada e reportada diariamente pela unidade responsável pelo controle de risco de mercado. As estratégias para *hedges* das exposições ao risco de taxa de juros são avaliadas no Comitê Executivo de Ativos e Passivos (ALCO).

Outra ferramenta de gestão do risco de taxa de juros é a análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco a diversos cenários de curvas de taxas de juros. Tal análise mensura os impactos da carteira total do Banco (*trading* e *banking*) decorrente de variações nas taxas de juros e no câmbio. São apresentados a seguir os resultados da análise de sensibilidade, com a descrição dos cenários utilizados.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(71)	(21.864)	(44.145)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(21)	(3.980)	(7.235)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(54)	(5.813)	(10.746)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	-	(5)	(10)
Total em 31/12/2021		(146)	(31.662)	(62.136)
Total em 31/12/2020		(167)	(14.587)	(28.363)

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banco com o objetivo de realizar o gerenciamento dos riscos de mercado decorrentes das exposições em moedas, taxas de juros, além dos prazos de vencimentos das exposições.

	Notional		Valor de Mercado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Posição Comprada - Dólar				
<i>Swap</i>	(858.015)	-	(864.463)	-
Total	(858.015)	-	(864.463)	-
Posição Vendida - Dólar				
DOL	(2.808)	(2.590)	(2.808)	(2.590)
Total	(2.808)	(2.590)	(2.808)	(2.590)

4.2.4) Risco operacional

Visando o aperfeiçoamento e a adequada estrutura para o gerenciamento do risco operacional, o Banco empenha contínuos esforços e investimentos para, em conformidade com as leis, resoluções e normas internas e externas, implementar ações que permitam a efetividade do gerenciamento de riscos, o qual é realizado considerando o nível de complexidade dos seus negócios, produtos, processos e sistemas.

i. Processo de gerenciamento do risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional é composto das seguintes etapas: identificação, avaliação, mensuração, resposta, monitoramento, controle e reporte dos riscos, nesse processo são considerados também os respectivos controles.

Devido à sua natureza complexa, o risco operacional, possui características subjetivas e objetivas, que implicam na utilização de metodologias qualitativas para identificar e avaliar os riscos, bem como metodologias quantitativas, como por exemplo, a base de dados de perdas e indicadores de riscos, performance e controle, para garantir que o gerenciamento do risco operacional seja efetivo e agregue valor à Instituição.

ii. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

A estrutura para o gerenciamento do risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado, e está baseada nas três linhas de defesa, sendo todas as áreas de negócio / suporte, as primeiras responsáveis pela gestão e controle dos riscos relativos aos processos, sistemas, e produtos sob sua responsabilidade; a área de Controladoria e Compliance e a área Jurídica atuam como uma segunda linha de defesa, suportando as áreas de negócio / suporte nos aspectos técnicos e metodológicos ao mesmo tempo que monitoram e controlam os principais riscos e, por fim, a Auditoria Interna, que realiza um terceiro nível de controle por meio da avaliação da estrutura de processos, sistemas e controles em vigor.

As áreas e os órgãos colegiados, que formam a estrutura de gerenciamento de risco operacional e legal do Conglomerado, atuam conforme a governança corporativa estabelecida, bem como definições nos regimentos internos dos comitês de assessoramento à Diretoria. Em particular, no que tange ao gerenciamento do risco operacional, temos as responsabilidades descritas a seguir:

- Definir e disseminar os conceitos de risco operacional;
- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as políticas, normas e limites operacionais associados à exposição ao risco operacional;
- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as metodologias relacionadas ao gerenciamento de riscos operacionais e controles;
- Monitorar e controlar a exposição ao risco operacional, abrangendo todas as fontes relevantes de riscos e gerando relatórios tempestivos para a Diretoria; e
- Suportar a identificação, prévia, do risco operacional inerente às novas atividades e produtos e alterações relevantes, e se estes se adequam aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado PAN.

iii. Gerenciamento de Capital

Ao longo de 2013 e 2014, o Bacen divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BACEN) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aqueles referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

Conforme informado na Nota Explicativa 1, seção de Eventos Societários, o Banco BTG Pactual passou a exercer, de forma individual, o controle do Banco PAN e, conseqüentemente, passou a fazer parte do grupo de empresas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro do BTG Pactual, o qual reporta de maneira consolidada, ao Bacen, os indicadores de Capital.

A partir de então, o PAN optou por realizar e divulgar os cálculos dos Limites Operacionais apenas de forma "gerencial" (Pró Forma) a partir da data base de 30/06/21, ficando demonstrado atendimento individual aos critérios mínimos de capital definidos pelas resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de Capital Exigido, tomam-se como base a circular nº 3.644/13 para o risco de crédito, as circulares nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a circular nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos indicadores de Capital:

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência nível I	4.514.796	3.639.036
Capital Principal	4.514.796	3.639.036
Patrimônio de referência nível II	9.329	8.784
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	4.524.125	3.647.820
Patrimônio de referência	4.524.125	3.647.820
- Risco de crédito	26.364.443	20.811.865
- Risco de mercado	1.527	238
- Risco operacional	2.973.556	2.113.560
Ativo ponderado pelo risco – RWA	29.339.526	22.925.663
Índice de Basileia	15,42%	15,91%
Nível I	15,39%	15,87%
Nível II	0,03%	0,04%

Dívidas subordinadas

O Banco utiliza um instrumento de dívida subordinada autorizado e elegível a compor seu PR Nível II (Nota 23.b).

Rban	Valor da operação	31/12/2021	31/12/2020
Letras Financeiras	R\$ 8.000	9.329	8.784
Total		9.329	8.784

5) Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades em moeda nacional	1.690	2.150
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.253	2.704
Subtotal (caixa)	3.943	4.854
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	5.761	1.251.938
Total	9.704	1.256.792

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

6) Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. A política de gestão de riscos do Banco PAN define que a utilização de instrumentos derivativos tem como objetivo proteger a exposição gerada pelas operações de crédito do Banco e exposição cambial de operações *offshore*.

Os instrumentos derivativos são utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*) e carteira de não negociação (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos destinados a estratégias direcionais, à realização de arbitragens ou *hedge* de outros elementos da carteira de negociação. São classificados na carteira de não negociação os derivativos utilizados como *hedge* de instrumentos classificados na carteira *banking*, incluindo aqueles utilizados como *hedge accounting*. Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, classificados como “ao valor justo no resultado” ou “ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. O valor de mercado dos instrumentos listados em bolsa corresponde à sua cotação no mercado ou à cotação de produtos semelhantes. Caso não haja cotação de mercado para determinado produto, seu valor de mercado será definido por fluxo de caixa descontado ou modelos de precificação. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores. Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros obtidas na B3 S.A. ajustado pelo risco de crédito de contraparte (CVA).

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

a) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrados pelo seu valor de custo atualizado, marcação a mercado e saldo contábil aberto por prazos:

	Custo atualizado	Saldo Contábil	Circulante	Não Circulante	Total em	Total em
			Até 30 dias	Acima de 360 dias	31/12/2021	31/12/2020
Posição Passiva	(22.940)	(39.488)	-	(39.488)	(39.488)	-
<i>Swap</i>	(22.940)	(39.488)	-	(39.488)	(39.488)	-
Contratos Futuros (I)	(12.683)	(12.683)	(12.683)	-	(12.683)	(6.867)
Posição ativa	2.498	2.498	2.498	-	2.498	2.394
Posição passiva	(15.181)	(15.181)	(15.181)	-	(15.181)	(9.261)
Total	(35.623)	(52.171)	(12.683)	(39.488)	(52.171)	(6.867)

(1) Contabilizados em contas de negociação e intermediação de valores.

b) Valor dos instrumentos Financeiros Derivativos por Indexador:

	31/12/2021			31/12/2020	
	Valor de Referência	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Saldo Contábil	Valor de Referência
Contratos de Swap					
Posição passiva:	858.015	(22.940)	(16.548)	(39.488)	-
Mercado Interfinanceiro	858.015	(22.940)	(16.548)	(39.488)	-
Compromissos de Compra:	859.512	-	-	-	1.319.785
Mercado Interfinanceiro	803.746	-	-	-	1.216.512
Outros	55.766	-	-	-	103.273
Compromissos de Venda:	21.632.843	-	-	-	20.268.647
Mercado Interfinanceiro	21.574.269	-	-	-	20.162.784
Moeda Estrangeira	2.808	-	-	-	2.590
Outros	55.766	-	-	-	103.273
Total	23.350.370	(22.940)	(16.548)	(39.488)	21.588.432

c) Abertura por Vencimento (valor de referência):

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2021	31/12/2020
Contratos swaps	-	-	-	-	858.015	858.015	-
Libor x DI	-	-	-	-	858.015	858.015	-
Contratos futuros	2.738.706	2.808	2.717.130	5.095.823	11.937.888	22.492.355	21.588.432
DDI	111.532	-	-	-	-	111.532	206.546
DI	2.627.174	-	2.717.130	5.095.823	11.937.888	22.378.015	21.379.296
Dólar	-	2.808	-	-	-	2.808	2.590
Total	2.738.706	2.808	2.717.130	5.095.823	12.795.903	23.350.370	21.588.432

d) Local de negociação e contrapartes:

Banco e Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
B3 S.A. (balcão)	858.015	-
B3 S.A. (bolsa)	22.492.355	21.588.432
Total	23.350.370	21.588.432

e) Hedge contábil – valor de mercado:

	31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	2.244.383	1.933.206
Swap – Dólar (1)	864.397	-
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (2)	1.379.986	1.933.206
Posição Passiva	(18.999.824)	(18.633.887)
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (3)	(18.999.824)	(18.633.887)
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	19.103.995	17.214.182
Operações de Crédito (3)	19.103.995	17.214.182
Posição Passiva	(2.241.046)	(1.904.951)
Empréstimo no Exterior (1)	(822.344)	-
Certificados de depósitos a prazo (2)	(1.418.702)	(1.904.951)

(1) Utilizado como proteção da operação de captação no exterior;

(2) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo; e

(3) Neste objeto de hedge inclui os créditos de varejo: Consignado e Veículos.

f) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap – ganhos/perdas não realizadas	-	(39.488)	(39.488)	172.915	(336.039)	(163.124)
Swap – ganhos/perdas realizadas	-	-	-	868.443	(103.196)	765.247
Futuros - ganhos/perdas realizadas	3.726.959	(3.022.349)	704.610	2.635.730	(3.087.414)	(451.684)
Total	3.726.959	(3.061.837)	665.122	3.677.088	(3.526.649)	150.439

7) Títulos e valores mobiliários

a) Composição:

A carteira de títulos e valores mobiliários, em 31/12/2021 e em 31/12/2020, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	239.860	254.387
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	239.860	254.387
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	632.943	866.173
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	411.183	642.134
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	218.233	223.355
Certificado de Depósito Bancário – CDB	3.527	684
Ativos financeiros ao custo amortizado	5.434.134	1.824.992
Notas do Tesouro Nacional – NTN	5.434.134	1.824.658
Fundos do Desenvolvimento Social - FDS	-	334
Total	6.306.937	2.945.552

b) Variações:

“Ativos financeiros ao valor justo no resultado”:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo do início do exercício	254.387	359.782
Adições (alienações) líquidas	(25.109)	(112.716)
Ajuste a valor de mercado	397	(529)
Juros	10.185	7.850
Saldo do fim do exercício	239.860	254.387

“Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo do início do exercício	866.173	986.659
Adições (alienações) líquidas	(263.184)	(127.352)
Ajuste a valor de mercado	5.087	(14.717)
Juros	29.136	25.556
Ágio / Deságio	(4.269)	(3.973)
Saldo do fim do exercício	632.943	866.173

“Ativos financeiros ao custo amortizado”:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo do início do exercício	1.824.992	741.211
Adições (alienações) líquidas	3.244.533	985.925
Juros	364.609	97.856
Saldo do fim do exercício	5.434.134	1.824.992

c) Prazo de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
Sem vencimento	-	334
Até 360 dias	1.499.619	790.667
Acima de 360 dias	4.807.318	2.154.551
Saldo do fim do exercício	6.306.937	2.945.552

8) Instrumentos de patrimônio

	31/12/2021	31/12/2020
Bw Properties S.A.	-	10.710
Central de Registros de Títulos e Ativos (Certa)	4.565	1.536
Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP)	379	379
Total	4.944	12.625

9) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

a) Composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Classificação:		
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	11.735	1.251.938
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	11.735	1.251.938
Tipo:		
Compra com compromissos de revenda	5.710	1.251.889
Depósitos interfinanceiros	5.974	-
Depósitos de poupança	51	49
Total	11.735	1.251.938

b) Prazo de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
Até 30 dias	1.253	1.251.938
De 181 a 360 dias	156	-
Acima de 360 dias	10.326	-
Total	11.735	1.251.938

10) Empréstimos e adiantamentos a clientes

a) Composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e adiantamentos a clientes - ao valor justo no resultado	5.479.637	1.377.099
Empréstimos e adiantamentos a clientes - ao custo amortizado	30.424.615	29.291.261
Provisão para perda de crédito esperada (Nota 11)	(3.362.858)	(3.211.874)
Empréstimos e adiantamentos a clientes líquidos	32.541.394	27.456.486

b) Abertura:

	31/12/2021	31/12/2020
Veículos (1)	15.145.220	11.499.637
Empréstimos em consignação (1)	9.248.165	12.490.929
Empréstimos FGTS (1)	3.538.492	-
Financiamento a titulares de cartões de crédito próprios (2)	3.626.377	2.621.632
Títulos e créditos a receber (3)	2.520.956	1.644.175
Conta garantida	1.532.242	1.475.084
Empréstimos imobiliários/habitacionais	270.432	411.631
Capital de giro	19.533	86.759
Financiamento à exportação	-	5.316
Outros	2.835	433.197
Total	35.904.252	30.668.360

(1) Carteira de crédito que existem contratos que são objeto de *hedge* contábil (nota 6e);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard; e

(3) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e crédito a receber com características de concessão de crédito.

c) Prazo de vencimento:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 1 dia	2.239.345	6,24	1.304.466	4,25
A vencer				
A vencer até 3 meses	7.213.794	20,09	5.370.202	17,51
A vencer de 3 a 12 meses	8.884.621	24,75	6.966.005	22,71
A vencer acima de um ano (1)	17.566.492	48,93	17.027.687	55,52
Total	35.904.252	100,00	30.668.360	100,00

(1) Em 31/12/2021 o PAN possuía aproximadamente R\$ 1,2 bilhões em carteira a vencer com prazo superior a 5 (cinco) anos.

d) Reconciliação do valor contábil bruto dos empréstimos e adiantamentos a clientes:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2019	20.811.488	1.586.605	2.408.559	24.806.652
Transferidos para o Estágio 1	-	(289.244)	(25.194)	(314.438)
Transferidos para o Estágio 2	(882.520)	-	(13.400)	(895.920)
Transferidos para o Estágio 3	(1.052.109)	(415.418)	-	(1.467.527)
Oriundos do Estágio 1	-	882.520	1.052.109	1.934.629
Oriundos do Estágio 2	289.244	-	415.418	704.662
Oriundos do Estágio 3	25.194	13.400	-	38.594
Ativos originados/Ativos liquidados ou amortizados	6.870.192	(49.379)	(298.245)	6.522.568
Writte-off	(1.543)	(87)	(659.230)	(660.860)
Saldo em 31/12/2020	26.059.946	1.728.397	2.880.017	30.668.360

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2020	26.059.946	1.728.397	2.880.017	30.668.360
Transferidos para o Estágio 1	-	(323.287)	(72.002)	(395.289)
Transferidos para o Estágio 2	(641.235)	-	(19.728)	(660.963)
Transferidos para o Estágio 3	(1.284.934)	(435.042)	-	(1.719.976)
Oriundos do Estágio 1	-	641.235	1.284.934	1.926.169
Oriundos do Estágio 2	323.287	-	435.042	758.329
Oriundos do Estágio 3	72.002	19.728	-	91.730
Ativos originados/Ativos liquidados ou amortizados	6.033.496	210.336	(414.168)	5.829.664
Writte-off	(2.465)	(59)	(591.248)	(593.772)
Saldo em 31/12/2021	30.560.097	1.841.308	3.502.847	35.904.252

e) Operações de venda e transferência de ativos financeiros:

Nos anos de 2021 e 2020, o Banco realizou cessões de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios a outras instituições financeiras, o lucro nas cessões de crédito é apresentado na nota explicativa de receitas com juros e similares.

Cessão de Consignado	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado
Consignado	11.070.749	9.060.789	2.009.960	10.287.866	7.484.456	2.803.410
Total	11.070.749	9.060.789	2.009.960	10.287.866	7.484.456	2.803.410

(1) Contabilizado em "Receitas com juros e similares – Lucro nas cessões de crédito" (Nota 27).

11) Perda de Crédito Esperada para as operações com Empréstimos e Adiantamentos a Clientes

a) Movimentação:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo do início do exercício	3.211.874	2.677.505
Complemento de provisão	613.464	1.049.962
Writte-off	(462.480)	(515.593)
Saldo do fim do exercício	3.362.858	3.211.874

No exercício findo em 31/12/2021, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas esperadas no montante de R\$ 168.323 (R\$ 125.651 em 31/12/2020).

b) Reconciliação da provisão para perda de crédito esperada:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2019	659.772	420.669	1.597.064	2.677.505
Transferidos para o Estágio 1	-	(20.747)	(2.827)	(23.574)
Transferidos para o Estágio 2	(167.380)	-	(2.386)	(169.766)
Transferidos para o Estágio 3	(680.341)	(260.286)	-	(940.627)
Oriundos do Estágio 1	-	167.380	680.341	847.721
Oriundos do Estágio 2	20.747	-	260.286	281.033
Oriundos do Estágio 3	2.827	2.386	-	5.213
Constituição/(Reversão)	1.033.641	71.320	(54.999)	1.049.962
Writte-off	(238)	(55)	(515.300)	(515.593)
Saldo em 31/12/2020	869.028	380.667	1.962.179	3.211.874

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2020	869.028	380.667	1.962.179	3.211.874
Transferidos para o Estágio 1	-	14.767	5.685	20.452
Transferidos para o Estágio 2	112.712	-	4.056	116.768
Transferidos para o Estágio 3	844.282	259.257	-	1.103.539
Oriundos do Estágio 1	-	(112.712)	(844.282)	(956.994)
Oriundos do Estágio 2	(14.767)	-	(259.257)	(274.024)
Oriundos do Estágio 3	(5.685)	(4.056)	-	(9.741)
Constituição/(Reversão)	966.724	79.950	(433.210)	613.464
Writte-off	(691)	(38)	(461.751)	(462.480)
Saldo em 31/12/2021	2.771.603	617.835	(26.580)	3.362.858

12) Recebíveis imobiliários

	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	31/12/2021	31/12/2020
Cédula de Crédito Imobiliário	15/11/2034	INCC/IGPM/POUPANÇA/CDI e sem correção Monetária	0 até 20,05	16.900	18.789
Total				16.900	18.789

13) Outros ativos financeiros

Outros ativos financeiros são compostos basicamente por valores a receber de instituições financeiras, devido a operações por cessões de créditos.

14) Outros ativos

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais e fiscais	208.999	194.926
Despesas antecipadas	163.454	52.412
Devedores diversos País	131.076	111.400
Direito de uso de arrendamento	18.120	25.602
Valores a receber de sociedade ligadas	61.081	13.411
Valores a receber de empréstimos consignados	2.427	6.213
Relações interfinanceiras	2.852	3.540
Outros	57.250	22.898
Total	645.259	430.402

15) Ativos não correntes mantidos para venda

	31/12/2021	31/12/2020
Imóveis	190.898	299.988
Veículos terrestres	23.053	22.356
Material em estoque	1.410	556
Provisão para perda ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(52.077)	(57.661)
Total	163.284	265.239

16) Crédito tributário e passivos fiscais**a) Composição de crédito tributário e passivos fiscais:**

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Sobre a baixa e transferência de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios e sobre os efeitos da taxa efetiva de juros dos empréstimos e recebíveis	(178.329)	(216.092)
Sobre prejuízos fiscais	995.852	1.171.847
Sobre diferenças temporárias	2.719.855	2.454.725
Provisão para perda esperada	1.863.269	1.517.137
Provisão de ações cíveis	118.627	136.417
Provisão de ações trabalhistas	47.562	65.644
Provisão de ações tributárias	17.673	22.789
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	23.360	29.028
Ajuste ao valor de mercado	12.225	48.294
Outras	637.139	635.416
Total do Ativo	3.537.378	3.410.480
Provisão para impostos diferidos sobre superveniência de depreciação	866	78.202
Provisão para impostos diferidos sobre ajuste a mercado de derivativos	250.033	97.472
Provisão para impostos e contribuições	451.271	451.148
Total do Passivo	702.170	626.822

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:**Ativo diferido**

	31/12/2021			31/12/2020		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo do início do exercício	1.931.429	1.479.051	3.410.480	1.875.076	1.434.563	3.309.639
(+) Constituição de créditos	1.128.496	898.997	2.027.493	1.079.528	858.133	1.937.661
(-) Realização de créditos	(1.061.205)	(839.390)	(1.900.595)	(1.023.175)	(813.645)	(1.836.820)
Saldo do fim do exercício	1.998.720	1.538.658	3.537.378	1.931.429	1.479.051	3.410.480

Passivo diferido

	31/12/2021			31/12/2020		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo do início do exercício	133.684	41.990	175.674	144.055	50.410	194.465
(+) Constituição de Passivos	265.233	212.062	477.295	281	101	382
(-) Realização de Passivos	(228.743)	(173.327)	(402.070)	(10.652)	(8.521)	(19.173)
Saldo do fim do exercício	170.174	80.725	250.899	133.684	41.990	175.674

c) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2021, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 01/02/2022.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados na medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias		Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais		Ajustes de IFRS		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	1.048.508	-	197.642	-	(33.585)	-	1.212.565
2022	1.481.595	961.670	238.493	131.873	708	(38.756)	1.720.796	1.054.787
2023	643.923	146.921	379.251	331.223	308	(8.162)	1.023.482	469.982
2024	294.655	32.231	364.613	415.021	141	(2.613)	659.409	444.639
2025	72.385	37.443	2.579	53.538	35	(1.587)	74.999	89.394
2026	15.922	23.992	4.337	1.458	8	(853)	20.267	24.597
2027	10.115	50.629	3.108	1.730	5	(1.676)	13.228	50.683
2028	11.224	2.221	2.978	412	5	(131)	14.207	2.502
2029	-	23.182	492	-	-	(801)	492	22.381
2030	10.494	-	-	-	4	-	10.498	-
Total	2.540.313	2.326.797	995.851	1.132.897	1.214	(88.164)	3.537.378	3.371.530

Em 31/12/2021, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco totalizava R\$ 2.836.480 (R\$ 2.979.173 em 31/12/2020).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 31/12/2021 e 31/12/2020, a Instituição possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 582.869, sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 244.667.

e) Encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação	1.023.596	885.952
Encargos / crédito total do imposto de renda e contribuição social (1)	(460.618)	(398.678)
Outros valores (2)	210.999	133.790
Diferença de alíquota entre as empresas	(46.501)	6.314
Imposto de renda e Contribuição social	(296.120)	(258.574)

- (1) Alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para o Banco à alíquota de 20% (25% de 07/2021 até 12/2021), para a Pan Arrendamento Mercantil alíquota de 15% (20% de 07/2021 até 12/2021) e para as demais empresas alíquota de 9%;
- (2) Refere-se principalmente à diferença de alíquota de CSL em função da majoração prevista na Lei nº 14.183/21, como também à baixa de efeitos fiscais diferidos decorrentes de mudança de entendimento acerca do tratamento dispensado à superveniência/insuficiência de depreciação na Pan Arrendamento Mercantil.

17) Imobilizado

a) Composição:

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2021	31/12/2020
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	24.434	(2.544)	21.890	9.646
Sistemas de segurança e comunicações	10%	5.729	(2.274)	3.455	1.208
Sistemas de processamento de dados	20%	55.484	(24.263)	31.221	12.506
Máquinas de adquirência	33%	48.822	(3.165)	45.657	-
Total em 31/12/2021		134.469	(32.246)	102.223	-
Total em 31/12/2020		82.320	(58.960)	-	23.360

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

	Instalação, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Máquinas de adquirência	Total
Saldo em 31/12/2019	17.038	633	10.957	-	28.628
Aquisições	296	1.181	5.364	-	6.841
Baixas	(978)	-	(21)	-	(999)
Depreciação	(6.710)	(606)	(3.794)	-	(11.110)
Saldo em 31/12/2020	9.646	1.208	12.506	-	23.360

	Instalação, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Máquinas de adquirência	Total
Saldo em 31/12/2020	9.646	1.208	12.506	-	23.360
Aquisições	21.771	3.619	26.125	48.822	100.337
Baixas	(5.415)	(136)	(581)	-	(6.132)
Depreciação	(4.112)	(1.236)	(6.829)	(3.165)	(15.342)
Saldo em 31/12/2021	21.890	3.455	31.221	45.657	102.223

18) Ativo intangível e ágio

a) Composição:

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2021	31/12/2020
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	257.268	(194.501)	62.767	57.251
Ágio	10%	257.852	(204.111)	53.741	186.325
Total em 31/12/2021		515.120	(398.612)	116.508	-
Total em 31/12/2020		486.814	(243.238)	-	243.576

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Gastos com desenvolvimento e logiciais	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2019	120.503	186.325	306.828
Adições	31.266	-	31.266
Baixas	(112)	-	(112)
Amortização	(94.406)	-	(94.406)
Saldo em 31/12/2020	57.251	186.325	243.576

	Gastos com desenvolvimento e logiciais	Ágio (2)	Total
Saldo em 31/12/2020	57.251	186.325	243.576
Adições (1)	61.862	39.125	100.987
Baixas	(837)	-	(837)
Amortização	(55.509)	(171.709)	(227.218)
Saldo em 31/12/2021	62.767	53.741	116.508

- (1) Há em 31/12/2021, ágio “preliminar” na aquisição de investimento da empresa Mobiauto (Nota 1.a).
- (2) No exercício findo em 31/12/2021, o Banco procedeu, ao teste de recuperação do ágio para a identificação de possível perda com redução ao valor recuperável, sendo identificado indícios de perda, foi reconhecida perdas por *impairment* sobre o ágio, no valor de R\$ 171.709, motivada principalmente pela revisão no modelo de negócio. Foram utilizadas as seguintes premissas para o teste do ágio;

- Tendo em vista a decisão do Banco de descontinuar o produto de crédito imobiliário em 2017, a administração decidiu realizar o *impairment* quase na totalidade, usando premissas e indicadores internos para realização da baixa, motivado pela alta liquidação antecipada da carteira de um ano para o outro, reduzindo os juros futuros.

19) Depósitos de clientes

a) Classificação:

	31/12/2021	31/12/2020
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	20.499.655	12.761.681
Total	20.499.655	12.761.681

b) Composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Tipos:		
Depósitos à vista	328.165	76.056
Depósitos a prazo	20.171.490	12.685.625
Total	20.499.655	12.761.681

c) Prazo de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
Sem vencimento	328.165	76.056
Até 30 dias	873.721	541.093
De 31 a 90 dias	2.292.856	449.436
De 91 a 180 dias	1.909.247	955.563
De 181 a 360 dias	5.136.288	1.974.748
Acima de 360 dias	9.959.378	8.764.785
Total	20.499.655	12.761.681

20) Depósitos de instituições financeiras**a) Composição:**

	31/12/2021	31/12/2020
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	4.633.082	10.054.757
Tipos:		
Venda com compromisso de recompra	1.186.562	1.307.042
Depósitos interfinanceiros	3.446.520	8.747.715
Total	4.633.082	10.054.757

b) Prazo de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
Até 30 dias	2.040.515	4.240.846
De 31 a 90 dias	422.928	5.768.781
De 91 a 180 dias	3.331	-
De 181 a 360 dias	62.904	45.130
Acima de 360 dias	2.103.404	-
Total	4.633.082	10.054.757

21) Recursos de emissão de títulos**a) Composição:**

	31/12/2021	31/12/2020
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	9.380.408	5.346.049
Tipos:		
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	217.882	327.371
Letras Financeiras - LF	9.162.526	5.018.678
Total	9.380.408	5.346.049

b) Variações:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos do início do exercício	5.346.049	1.868.324
Juros	786.244	106.956
Emissões	8.175.739	6.993.590
Pagamento de Juros/Resgate	(4.927.624)	(3.622.821)
Saldo do fim do exercício	9.380.408	5.346.049

c) Prazo de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
Até 30 dias	37.557	41.372
De 31 a 90 dias	67.060	92.007
De 91 a 180 dias	135.306	974.917
De 181 a 360 dias	1.921.779	3.577.688
Acima de 360 dias	7.218.706	660.065
Total	9.380.408	5.346.049

22) Obrigações por empréstimos**a) Saldos patrimoniais:**

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos		
No País	194	-
No Exterior (1)	811.851	-
Total	812.045	-

(1) Empréstimo realizado em 22/12/2021 no montante de US\$ 150 milhões de dólares, com vencimento em 15/12/2025.

b) Variações:

	31/12/2021	31/12/2020
No Exterior		
Saldos do início do exercício	-	-
Juros	547	-
Emissões	858.015	-
Variação Cambial	(20.940)	-
MTM	(15.278)	-
Custo associado à emissão	(10.493)	-
Saldo do fim do exercício	811.851	-

23) Dívidas subordinadas**a) Classificação:**

	31/12/2021	31/12/2020
Passivos financeiros ao custo amortizado	9.329	8.784
Total	9.329	8.784

b) Composição:

Valor da operação	31/12/2021	31/12/2020
No País:		
(1) R\$ 8.000	9.329	8.784
Total	9.329	8.784

(2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 18/04/2019 com vencimento em 16/04/2027.

c) Variações:

No Exterior	31/12/2021	31/12/2020
Saldos do início do exercício	-	1.876.486
Amortização	-	(2.413.415)
Juros	-	73.444
Pagamento de Juros	-	(102.570)
Variação Cambial	-	572.223
MTM	-	(6.547)
Custo associado à emissão	-	379
Saldo do fim do exercício	-	-

No País	31/12/2021	31/12/2020
Saldos do início do exercício	8.784	8.455
Juros	545	329
Saldo do fim do exercício	9.329	8.784

24) Outros passivos**a) Outros passivos financeiros:**

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	483.373	103.655
Relações com correspondentes	78.791	111.761
Obrigações de arrendamento (Nota 24.b)	19.862	26.578
Total	582.026	241.994

b) Obrigações de arrendamento:

O Banco PAN é arrendatário, principalmente de imóveis para uso em suas operações que incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Durante o exercício findo em 31/12/2021, a saída de caixa com arrendamentos totalizou R\$ 8.603 (31/12/2020 - R\$ 10.907).

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos do início do exercício	26.578	33.427
Adições/exclusões de contratos	-	1.555
Pagamentos	(8.603)	(10.907)
Apropriação de encargos financeiros	1.887	2.503
Saldo do fim do exercício	19.862	26.578

c) Vencimento dos arrendamentos:

	31/12/2021	31/12/2020
Até 1 ano	4.941	6.716
De 1 a 5 anos	14.817	16.263
Mais de 5 anos	104	3.599
Total de pagamentos futuros	19.862	26.578

d) Outros passivos não financeiros:

	31/12/2021	31/12/2020
Operações com cartões de crédito	2.432.206	1.426.353
Pagamentos a efetuar	1.299.683	964.196
Operações vinculadas a cessão	716.186	764.657
Sociais e estatutárias	371.683	325.131
Arrecadação de cobrança	81.053	101.904
Valores a pagar a sociedades ligadas	19.756	30.250
Negociação e intermediação de valores	11.517	5.952
Valores específicos de consórcio	3.686	6.840
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	19.983	154
Outros	117.372	77.696
Total	5.073.125	3.703.133

25) Provisões**Provisões:**

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para todos os processos cíveis e trabalhistas e para os processos de natureza fiscal classificados como perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretensão enquadramento na categoria dos bancários, especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

As ações trabalhistas são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e, embora contem com a condução e avaliação de advogados internos e externos especializados, são provisionadas de acordo com o histórico de perdas de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos 12 ou 24 meses, dependendo do tipo de autor, podendo sofrer atualização anual e corrigido a uma taxa de 1% ao mês, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar e ou de fazer, referente às ações indenizatórias, revisionais e tarifas.

As ações cíveis, geridas por meio de sistema informatizado, são divididas em dois grupos:

1) ações massificadas

Na metodologia utilizada para o cálculo da provisão cível nas ações massificadas é aplicado um modelo estatístico que calcula o ticket médio de perda de todas as ações encerradas nos últimos 12 meses por cluster, atualizado a cada 3 meses, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

2) ações cíveis estratégicas

A provisão das ações cíveis estratégicas é realizada de forma julgamental pelos especialistas internos, a partir de análise conjugada dos elementos do processo, opinião de escritório terceirizado, momento processual, entendimento dos tribunais sobre o tema, bem como impactos à imagem e às operações do Banco.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

Processos tributários

Tratam-se de ações passivas de cunho administrativo e judicial distribuídas pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal em face do Grupo PAN, objetivando a exigência de tributos de suas respectivas competências já constituídos, inscritos ou não em dívida ativa. Todas as discussões tributárias são conduzidas por escritórios especializados.

Os valores constituídos como provisão são decorrentes de tributos cuja matéria é amplamente estudada levando em consideração aspectos processuais, jurisprudenciais, doutrinários e que sejam, de acordo com opinião legal dos nossos assessores, classificados como perda provável.

I. Provisões segregadas por natureza:

	31/12/2021	31/12/2020
Processos cíveis	264.853	305.467
Processos trabalhistas	106.599	147.209
Processos tributários	47.911	60.946
Total	419.363	513.622

II. Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2019	318.882	221.694	50.549	591.125
Constituição líquida de reversão	139.099	50.408	7.057	196.564
Atualização monetária	2.786	-	4.425	7.211
Baixas por pagamento	(155.300)	(124.893)	(1.085)	(281.278)
Saldo em 31/12/2020	305.467	147.209	60.946	513.622

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2020	305.467	147.209	60.946	513.622
Constituição líquida de reversão	132.218	44.728	4.225	181.171
Atualização monetária	-	-	2.591	2.591
Baixas por pagamento	(172.832)	(85.338)	(19.851)	(278.021)
Saldo em 31/12/2021	264.853	106.599	47.911	419.363

III. Passivos contingentes classificados como perda possível:

As principais discussões relativas a ações fiscais e tributárias cuja probabilidade de perda está classificada como possível estão descritas a seguir:

IRPJ/CSLL – Ganho de capital oriundo da desmutualização da B3 (balcão), além da glosa de saldos de prejuízo fiscal e base negativa, referente aos anos calendários de 2008 e 2009. Em dezembro de 2021, os débitos relacionados a esse processo totalizam aproximadamente R\$ 738;

IRPJ/CSLL – Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito e outras despesas operacionais, referente aos anos calendários de 2007 a 2016. Em dezembro de 2021, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 869.565;

IRPJ/CSLL – Dedutibilidade de despesas relacionadas ao recolhimento de tributos de PIS/COFINS, referente ao ano calendário de 2014. Em dezembro de 2021, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 22.928;

IRPJ/CSLL – Dedutibilidade dos ágios pagos na aquisição de participações societárias amortizados nos anos calendário 2014 a 2017. Em dezembro de 2021, o valor relacionado a esses processos totaliza aproximadamente R\$ 22.774;

PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de *swap* da base de cálculo, referente ao ano calendário de 2010. Em dezembro de 2021, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 4.758;

PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de comissões pagos aos correspondentes bancários e de perdas em venda ou transferência de ativos financeiros, referente ao ano calendário de 2017. Em dezembro de 2021, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 217.972;

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT) – Incidência de contribuição previdenciária sobre PLR e PAT, dos anos calendários de 2012, 2013, 2016 e 2017. Em dezembro de 2021, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 124.424;

IRRF – Ganho de capital oriundo da aquisição da participação societária no exterior, referente ao ano calendário de 2012. Em dezembro de 2021, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 79.751; e

Compensações não homologadas - Indeferimento de pedidos de compensações de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, decorrentes de pagamentos a maior ou indevidos. Em dezembro de 2021, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 235.849.

26) Patrimônio líquido

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2021 e em 31/12/2020 é de R\$ 4.175.222.

Abaixo demonstramos as ações nominativas escriturais (em milhares de ações) e, sem valor nominal.

	31/12/2021	31/12/2020
Ordinárias	657.561	657.561
Preferenciais	547.495	547.495
Total	1.205.056	1.205.056

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01/12/2021, foi deliberado entre outros assuntos a aprovação da incorporação de ações e aprovação de aumento do Capital Social da Companhia a ser subscrito e integralizado pelos administradores da Mosaico em benefício da totalidade dos acionistas da Mosaico, mediante a emissão, pela Companhia, de (a) 101.276.624 ações preferenciais, nominativas,

escriturais e sem valor nominal (BPAN4); e (b) como vantagem adicional, 126.595.780 bônus de subscrição, nominativos e escriturais, de emissão da Companhia, exercíveis em até 30 (trinta) meses a contar da data de Fechamento (conforme definida no Acordo de Associação), condicionado à verificação de meta de performance do preço de negociação das Ações BPAN4, sendo que cada bônus de subscrição conferirá aos acionistas da Mosaico o direito de subscrever 0,166667 Ações BPAN4 adicionais (Nota 1.a). O processo foi homologado pelo BACEN em 09/03/2022.

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do Banco PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social do Banco. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Instituição, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, essa reserva poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Instituição.

c) Juros sobre o capital próprio / dividendos:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre o lucro societário, conforme demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei 4.595/64 e Lei 6.404/76), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A seguir demonstra-se o cálculo de juros sobre o capital próprio/dividendos.

	31/12/2021	% (1)	31/12/2020	% (1)
Lucro líquido	774.576		655.569	
(-) Reserva Legal	(38.729)		(32.778)	
Base de cálculo	735.847		622.791	
Juros sobre o capital próprio (bruto) deliberados/pagos (2)	261.080		246.130	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(39.162)		(36.919)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) deliberados/pagos (3)	221.918		209.211	
Dividendos propostos (4)	35.628		8.766	
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos deliberados/provisionados/pagos	257.546	35%	217.977	35%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio e dividendos sobre a base de cálculo;

(2) JCP por ação pago relativo ao exercício de 2021 é de: R\$ 0,2166540090 (2020: R\$ 0,20424755369);

(3) JCP por ação pago relativo ao exercício de 2021 é de: R\$ 0,1841559076 (2020: R\$ 0,173610421); e

(4) Dividendos por ação propostos relativos ao exercício de 2021 é de R\$ 0,00295656116 (2020: R\$ 0,00727458469).

d) Lucro por ação:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Instituição	727.476	627.378
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Instituição (R\$ mil)	396.960	342.340
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Instituição (R\$ mil)	330.516	285.038
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (mil)	657.561	657.561
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (mil)	547.495	547.495
Lucro líquido por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Instituição	0,60	0,52
Lucro líquido por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Instituição	0,60	0,52

27) Receita líquida com juros

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas com juros e similares		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5.396.764	4.917.648
Lucro nas cessões de crédito (nota 10.e)	2.009.960	2.803.410
Aplicações em títulos de renda fixa	404.086	130.513
Prêmio de performance das cessões	354.823	608.432
Depósitos compulsórios no Banco Central	66.115	161
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	17.658	35.672
Recebíveis imobiliários	1.337	1.570
Outras	19.104	-
Total de receitas com juros	8.269.847	8.497.406
Despesas com juros e similares		
Variações cambiais líquidas (l)	22.840	(570.625)
Depósitos de clientes	(1.325.204)	(1.173.665)
Recurso de emissão de títulos	(500.606)	(107.279)
Depósitos de instituições financeiras	(265.114)	(268.422)
Créditos cedidos com retenção de riscos e benefícios	(29.822)	(14.647)
Dívidas subordinadas	-	(77.388)
Obrigações por empréstimos	(548)	-
Outras	(24.384)	(16.894)
Total de despesas com juros	(2.122.838)	(2.228.920)
Total	6.147.009	6.268.486

(l) Contempla variações cambiais de ativos e passivos.

28) Receita de tarifas e comissões

	31/12/2021	31/12/2020
Cartões de crédito	231.113	130.520
Operações de crédito	158.790	171.757
Comissão/intermediação	195.819	80.207
Avaliação de bens	112.128	80.382
Administração de consórcios	1.496	10.039
Outras	3.600	3.724
Total	702.946	476.629

29) Despesas de pessoal

	31/12/2021	31/12/2020
Proventos	509.796	368.047
Encargos sociais	136.349	98.899
Benefícios (Nota 37)	103.810	82.155
Honorários (Nota 36.b)	24.875	16.900
Outros	10.537	8.151
Total	785.367	574.152

30) Outras despesas administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Comissões pagas a correspondentes bancários	1.060.921	848.925
Serviços de terceiros	591.897	437.057
Processamento de dados	353.639	273.917
Serviços do sistema financeiro	308.645	215.442
Propaganda, promoções e publicidade	283.940	118.872
Aluguéis	120.777	71.054
Comunicações	110.225	68.374
Despesas com busca e apreensão de bens	12.333	20.345
Manutenção e conservação de bens	13.793	6.050
Transporte	5.487	3.587
Taxas e emolumentos	3.866	2.889
Materiais de consumo	2.429	1.506
Água, energia e gás	1.741	2.269
Viagens	1.618	1.726
Outras	114.084	46.376
Total	2.985.395	2.118.389

31) Depreciação e amortização

	31/12/2021	31/12/2020
Despesa com amortização	56.280	94.405
Despesa com depreciação	28.850	21.448
Total	85.130	115.853

32) Despesas tributárias

	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição à COFINS	298.353	234.358
Contribuição ao PIS	48.531	38.144
Imposto sobre serviços	30.433	21.129
Impostos e taxas	7.448	3.914
Total	384.765	297.545

33) Provisões líquidas

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões cíveis	(132.218)	(139.099)
Provisões trabalhistas	(44.728)	(50.408)
Provisões tributárias	(4.225)	(7.057)
Total	(181.171)	(196.564)

34) Outras receitas e (despesas) operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de encargos e despesas	202.193	129.325
Varição monetária ativa/passiva	22.192	11.125
Despesa de cessão de operações de crédito	(1.349.159)	(1.693.414)
Impairment de ágio na aquisição de investimentos	(171.709)	-
Descontos concedidos	(67.333)	(67.973)
Prejuízo com operações de crédito / financiamento e fraudes	(74.753)	(50.303)
Gravames	(35.838)	(33.224)
Outras	(6.983)	1.316
Total	(1.481.390)	(1.703.148)

35) Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda

	31/12/2021	31/12/2020
Reversão/(desvalorização) de ativos não correntes mantidos para venda	(544)	20.974
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	29.167	9.851
Receita na venda de grupos de consórcio (1)	-	18.912
Outras	54	-
Total	28.677	49.737

(1) Em maio de 2020 a Pan Administradora de Consórcio Ltda. concretizou a cessão e transferência de administração de grupos de consórcio.

36) Saldos e transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros apuradas nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas

	Prazo Máximo	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades (a)		-	597	-	-
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	597	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (c)		5.710	1.251.938	15.694	35.502
Banco BTG Pactual S.A.	15/12/2025	5.710	1.249.990	15.635	34.406
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	1.948	59	1.096
Cessão de crédito (d)		2.541	1.812.488	159.245	605.500
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	2.541	-	2.541	-
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	1.812.488	156.704	605.500
Outros ativos		61.081	10.720	-	-
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	162	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	61.060	10.533	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	21	25	-	-
Depósitos à vista (e)		(337)	(337)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(337)	(337)	-	-
Depósitos interfinanceiros (f)		(2.299.309)	(8.316.495)	(169.575)	(252.728)
Banco BTG Pactual S.A.	26/05/2026	(2.299.309)	(502.285)	(114.759)	(17.810)
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	(7.814.210)	(54.816)	(234.918)

Depósitos a prazo (g)		(49.838)	(43.017)	(2.908)	(1.057)
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	17/11/2024	(48.294)	(41.873)	(2.783)	(995)
Pessoal-chave da Administração	15/03/2027	(1.544)	(1.144)	(125)	(62)
Obrigações por operações compromissadas		(1.178.410)	-	(20.411)	(712)
Banco BTG Pactual S.A.	03/01/2022	(1.178.410)	-	(20.388)	(613)
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	(23)	(99)
Recursos de letras imobiliárias e financeiras (h)		-	-	-	(6)
Pessoal-chave da Administração	-	-	-	-	(6)
Instrumentos financeiros derivativos (i)		-	-	-	392.285
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	-	392.285
Outros passivos		(207.746)	(30.250)	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	(187.990)	-	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(19.756)	(30.250)	-	-
Receita de prestação de serviços (j)		-	-	196.054	81.241
,Too Seguros S.A.	-	-	-	195.819	80.073
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	235	1.168
Despesas de Pessoal		-	-	(322)	(293)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(322)	(293)
Outras despesas administrativas		-	-	(53.105)	(56.927)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(5.146)	(5.075)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(13.029)	(10.591)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(115)	(114)
Tecban S.A.	-	-	-	(9.958)	(1.509)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(24.857)	(39.638)
Resultado obtido na cessão de crédito		-	-	-	2.030.669
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	-	2.030.669

(a) Referem-se as contas corrente das empresas Brazilian Securities Companhia de Securitização, BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(b) Conforme informado na Nota Explicativa 1, seção de Eventos Societários, a partir de 19/05/2021 a Caixa Participações S.A. ("CaixaPar"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), não é mais considerada partes relacionadas;

(c) Referem-se as aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(d) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

(e) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(f) Referem-se às captações por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(g) Referem-se às captações por meio de depósitos a prazo efetuadas pelo Banco PAN;

(h) Referem-se às captações por meio de letras de crédito imobiliário e letras financeiras efetuados pelo Banco PAN;

(i) Referem-se às operações de *swap*; e

(j) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros.

b) Remuneração dos administradores:

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29/04/2021, foi aprovada a remuneração global anual dos Administradores do Banco PAN para o exercício de 2021.

Benefícios de curto prazo a administradores (l)

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de honorários (Nota 29)	24.875	16.900
Contribuição ao INSS	5.597	3.803
Total	30.472	20.703

(l) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Nos termos da legislação vigente em 31/12/2021, o Banco PAN não concedeu empréstimos ou adiantamentos para:

- i. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- ii. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- iii. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria Instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria Instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

37) Benefícios a empregados

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. As despesas com benefícios no exercício findo em 31/12/2021 representava R\$ 103.810 (R\$ 82.155 em 31/12/2020) (Nota 29).

38) Ativos oferecidos em garantia

	31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos de dívida:		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	222.803	193.389
Certificado de Depósito Bancário - CDB	3.527	684
Total	226.330	194.073

39) Ativos oferecidos em garantia

O “máximo valor potencial de pagamentos futuros” representa os valores de principal (notional) que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

	31/12/2021	31/12/2020
Garantias e outras fianças:		
Depositários de valores em custódia	-	(4)
Total	-	(4)

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro, portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham nenhum impacto em sua liquidez.

40) Segmentos operacionais

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e

Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Financeiro;
- Consórcios;
- Securitização; e
- Outros.

O segmento Financeiro corresponde as operações bancárias em geral e operações de arrendamento mercantil.

O segmento Consórcio tem como objetivo administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis, motocicletas e imóveis, por meio de autofinanciamento.

O segmento de Securitização tem como objetivo a aquisição e securitização de créditos hipotecários e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação das respectivas garantias em créditos hipotecários e imobiliários; a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs e Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRAs, podendo emitir outros títulos de créditos; e a prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e créditos imobiliários do agronegócio.

	31/12/2021						31/12/2020					
	Financeiro	Consórcio	Securitização	Outros	Eliminações	Total	Financeiro	Consórcio	Securitização	Outros	Eliminações	Total
Receita líquida de juros												
Receitas com juros e similares	8.261.715	3.108	8.531	13.208	(16.715)	8.269.847	8.490.302	1.741	5.861	9.152	(9.650)	8.497.406
Despesas com juros e similares	(2.139.553)	-	-	-	16.715	(2.122.838)	(2.238.570)	-	-	-	9.650	(2.228.920)
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes	(623.560)	-	(102)	10.198	-	(613.464)	(1.049.958)	-	(4)	-	-	(1.049.962)
Perda esperada com demais ativos financeiros	-	-	(293)	777	-	484	1.405	-	(602)	(38)	-	765
Receita líquida de perda esperada de ativos financeiros	5.498.602	3.108	8.136	24.183	-	5.534.029	5.203.179	1.741	5.255	9.114	-	5.219.289
Ganhos/(perdas) com ativos e passivos financeiros líquidos	665.518	-	168	(4.456)	-	661.230	149.910	-	460	(4.433)	-	145.937
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado	396	-	-	(4.269)	-	(3.873)	(529)	-	-	(3.676)	-	(4.205)
Resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	168	(187)	-	(19)	-	-	460	(757)	-	(297)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	665.122	-	-	-	-	665.122	150.439	-	-	-	-	150.439
Ganhos/(perdas) líquidas com ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(68)	-	-	-	-	(68)	11	-	-	-	-	11
Receitas de tarifas e comissões	701.219	1.496	231	-	-	702.946	466.312	10.039	278	-	-	476.629
Despesas administrativas	(3.760.934)	(1.091)	(8.043)	(694)	-	(3.770.762)	(2.676.569)	(6.882)	(8.377)	(713)	-	(2.692.541)
Despesas de pessoal	(783.813)	(126)	(1.253)	(175)	-	(785.367)	(572.667)	(334)	(985)	(166)	-	(574.152)
Outras despesas administrativas	(2.977.121)	(965)	(6.790)	(519)	-	(2.985.395)	(2.103.902)	(6.548)	(7.392)	(547)	-	(2.118.389)
Depreciações e amortizações	(85.098)	(32)	-	-	-	(85.130)	(115.812)	(41)	-	-	-	(115.853)
Despesas tributárias	(381.289)	(339)	(1.562)	(1.575)	-	(384.765)	(294.087)	(1.213)	(1.263)	(982)	-	(297.545)
Provisões (líquidas)	(182.711)	918	(442)	1.064	-	(181.171)	(197.064)	1.111	(683)	72	-	(196.564)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.469.695)	484	7.145	(1.104)	(18.220)	(1.481.390)	(1.692.141)	4.400	6.345	(554)	(21.198)	(1.703.148)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	28.916	22	(261)	-	-	28.677	28.809	21.017	(89)	-	-	49.737
Resultado antes da tributação	1.014.460	4.566	5.372	17.418	(18.220)	1.023.596	872.548	30.172	1.926	2.504	(21.198)	885.952
Imposto de renda e contribuição social	(286.984)	(1.527)	(1.709)	(5.900)	-	(296.120)	(245.170)	(10.252)	(485)	(2.667)	-	(258.574)
Lucro líquido do exercício	727.476	3.039	3.663	11.518	(18.220)	727.476	627.378	19.920	1.441	(163)	(21.198)	627.378
Total do ativo	48.467.280	86.133	244.185	472.617	(1.130.493)	48.139.722	39.107.103	95.410	240.486	414.626	(1.051.180)	38.806.445
Total do passivo	42.512.918	8.197	11.161	56.354	(422.758)	42.165.872	33.581.436	20.513	11.470	14.021	(361.337)	33.266.103

41) Outras informações

- a) Em 31/12/2021 e 31/12/2020, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- b) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
- c) O Banco PAN S.A., desde o início da pandemia do coronavírus ([COVID-19](#)), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e a sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos; e
- d) Em 01/03/2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034, que estabeleceu o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para os bancos de 20% para 25% entre 01/07/2021 a 31/12/2021, retornando para 20% a partir de jan/22. Para as demais instituições financeiras, que antes estavam sujeitas à alíquota de 15%, a CSLL foi majorada para 20% no mesmo período, e a partir de jan/22 voltam para 15%. Referida Medida Provisória foi convertida na Lei nº 14.183, publicada no Diário Oficial da União em 15/07/2021.

São Paulo, 29 de março de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Roberto Balls Sallouti

Conselheiros

Alexandre Camara e Silva

Amos Genish

André Esteves ⁽¹⁾

André Fernandes Lopes Dias ⁽¹⁾

Fábio de Barros Pinheiro

Fábio Soares de Miranda Carvalho

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Roberto Balls Sallouti

Sérgio Cutolo dos Santos

DIRETORIA

Diretor Presidente

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Diretores

Alex Sander Moreira Gonçalves

Camila Corá Reis Pinto Piccini

Dermeval Bicalho Carvalho

Diogo Ciuffo da Silva

Leandro Marçal Araujo

Mauro Dutra Mediano Dias

Roberta Cardim Geyer

CONSELHO FISCAL

Peter Edward Cortes Marsden Wilson

Aníbal Cardoso Joaquim

Oswaldo de Assis Filho

COMITÊ DE AUDITORIA

Fábio de Barros Pinheiro

Pedro Paulo Longuini

Sidnei Corrêa Marques

CONTADOR

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2

(1) Em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil.

***Banco Pan S.A.
e suas controladas***
***Demonstrações contábeis consolidadas em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pan S.A. e suas controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Pan S.A. ("Banco") e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

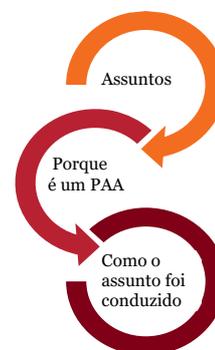
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Provisão para perda de crédito esperada (Notas 3g, 10 e 11)

O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, conforme divulgado na Nota 1. A determinação da provisão para perda de crédito esperada continua exigindo julgamento por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados.

A IFRS 9 - *Financial Instruments*, estabelece os requisitos de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros, bem como estabelece modelo de perda de crédito esperada.

O processo estabelecido em atendimento a IFRS 9 busca capturar potenciais eventos futuros que possivelmente podem aumentar o risco de crédito por meio de fatores internos e externos, cenários econômicos, situação financeira da contraparte, níveis de inadimplência, fluxos de caixa futuros esperados, políticas de renegociação, valores estimados de recuperação e realização das garantias.

Tendo em vista esses aspectos, esta área se manteve como uma área foco em nossa auditoria.

Obtivemos o entendimento dos controles relevantes relacionados a apuração da provisão para perda de crédito esperada que incluem a integridade da base de dados, processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.

Testamos a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, bem como recalculamos, em base de testes, a provisão para perda de crédito esperada com base na política estabelecida pela Administração.

Analisamos também a consistência dos modelos e premissas adotadas no processo com os requisitos da norma contábil vigente e com as práticas de mercado.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis consolidadas.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Pan S.A. e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Em função desses aspectos, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, entendemos e testamos os controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários.

Também testamos os controles automatizados ou as informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregações de funções relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

com relação ao ambiente de tecnologia da informação relacionado com o processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Créditos Tributários (Notas 3t e 16)

O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,5 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários com potencial impacto no registro e manutenção desses ativos nas demonstrações contábeis consolidadas.

Realizamos a atualização do entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionados aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão alinhadas com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Banco Pan S.A. e suas controladas

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem



Banco Pan S.A. e suas controladas

inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6